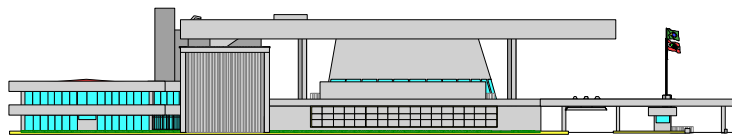


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIX

FLORIANÓPOLIS, 18 DE FEVEREIRO DE 2009

NÚMERO 5.998

16ª Legislatura  
3ª Sessão Legislativa

**MESA**

Jorginho Mello  
**PRESIDENTE**

Gelson Merísio  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro  
**2º SECRETÁRIO**

Valmir Comin  
**3º SECRETÁRIO**

Ada de Luca  
**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**  
Herneus de Nadal

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Antônio Aguiar

**DEMOCRATAS**  
Líder: Cesar Souza Junior

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO  
BRASILEIRO**  
Líder: Professora Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Marcos Vieira  
Jean Kuhlmann  
Cesar Souza Junior  
Dirceu Dresch  
Pedro Uczai  
Sargento Amauri Soares  
Joares Ponticelli  
Herneus de Nadal  
**Terças-feiras, às 9:00 horas**

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente  
Décio Góes - Vice Presidente  
Narcizo Parisotto  
José Natal Pereira  
Manoel Mota  
Adherbal Deba Cabral  
Jean Kuhlmann  
**Terças-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Giancarlo Tomelin  
Edison Andrino  
Adherbal Deba Cabral  
Darci de Matos  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
**Quartas-feiras, às 13:00 horas**

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,  
E POLÍTICA RURAL**

Rogério Mendonça - Presidente  
Reno Caramori  
Sargento Amauri Soares  
Dirceu Dresch  
Serafim Venzon  
Julio Garcia  
Romildo Titon  
**Quartas-feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Manoel Mota - Presidente  
Joares Ponticelli - Vice Presidente  
Elizeu Mattos  
Dirceu Dresch  
Jean Kuhlmann  
Giancarlo Tomelin  
Professor Grandó  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice Presidente  
Décio Góes  
Kennedy Nunes  
José Natal Pereira  
Manoel Mota  
Renato Hinnig  
Professora Odete de Jesus  
Silvio Dreveck  
**Quartas-feiras, às 09:00 horas**

**COMISSÃO DE SEGURANÇA  
PÚBLICA**

Darci de Matos - Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Adherbal Deba Cabral  
Pedro Uczai  
Elizeu Mattos  
Kennedy Nunes  
Nilson Gonçalves  
**Quartas-feiras às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE ECONOMIA,  
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente  
Renato Hinnig - Vice Presidente  
Herneus de Nadal  
Elizeu Mattos  
Serafim Venzon  
Pedro Uczai  
Professor Grandó  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE TURISMO E  
MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente  
Marcos Vieira  
Edison Andrino  
Adherbal Deba Cabral  
Cesar Souza Júnior  
Reno Caramori  
Professor Grandó  
**Quartas-feiras, às 13:00 horas**

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Genésio Goulart - Presidente  
Darci de Matos  
Giancarlo Tomelin  
Ana Paula Lima  
Kennedy Nunes  
Antônio Aguiar  
Professora Odete de Jesus  
**Terças-feiras, às 11:00 horas**

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ana Paula Lima - Presidente  
Kennedy Nunes - Vice Presidente  
Genésio Goulart  
Cesar Souza Junior  
José Natal Pereira  
Rogério Mendonça  
Professora Odete de Jesus  
**Quartas-feiras às 10:00 horas**

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,  
CULTURA E ESPORTO**

Pedro Uczai - Presidente  
Cesar Souza Junior  
Serafim Venzon  
Elizeu Mattos  
Genésio Goulart  
Professor Grandó  
Lício Mauro da Silveira  
**Quartas-feiras às 08:00 horas**

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Renato Hinnig - Presidente  
Nilson Gonçalves - Vice Presidente  
Ana Paula Lima  
Lício Mauro da Silveira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Narcizo Parisotto  
**Terças-Feiras, às 18:00 horas**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Prof. Odete de Jesus - Presidente  
Julio Garcia  
Nilson Gonçalves  
Pe. Pedro Baldissera  
Lício Mauro da Silveira  
Herneus de Nadal  
Genésio Goulart  
**Quartas-feiras às 18:00 horas**

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Eder de Quadra  
Salgado

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XV - NÚMERO 1998**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 007ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 18/02/2009.....2  
Ata da 002ª Sessão Especial da  
16ª realizada em 18/02/2009...18

**Atos da Mesa**

Atos da Presidência DI.....25

**Publicações Diversas**

Atas das Comissões  
Permanentes .....26  
Ofício.....26  
Portarias .....26  
Projetos de Lei.....28  
Resolução .....28

**PLENÁRIO**

# ATA DA 007ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2009 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Adherbal Deba Cabral - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Décio Góes - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Giancarlo Tomelin - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professora Odete de Jesus - Professor Grando - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

**SUMÁRIO****Breves Comunicações**

**DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS** (pela ordem) - Pede que seu nome seja indicado para compor uma das comissões da Casa.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** (pela ordem) - Registra a presença do ex-deputado Unirio Dalpiaz, da vereadora Tatí, de Criciúma, e de integrantes do Morro do Baú.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** - Refere-se ao Projeto de Lei n. 0347/08, que dispõe sobre o Parque da Serra do Tabuleiro.

**DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS** - Manifesta-se sobre a casa própria, falando da Lei n. 14.509, de sua autoria; aborda a inauguração do Centro de Triagem e Abastecimento, em Navegantes.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Discorre sobre a situação do sistema prisional.

**Partidos Políticos**

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** - Aborda a resolução política do PT.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Registra a presença do presidente da Câmara de Rio Negrinho, Julio Cesar Ronconi.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Dá prosseguimento ao discurso sobre a situação do sistema prisional, falando do orçamento do Fundo Penitenciário.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de São João do Sul, Alex Bianchini.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Valmor Rocha e Sérgio Luiz dos Santos; do presidente do DEM, José Farias de Oliveira, de São João do Sul; e do ex-deputado Francisco Küster.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Aborda investimentos do governo em Joinville, destinados à saúde pública; reporta-se às suas indicações pedindo a pavimentação da estrada Rio dos Morros e da Barra do Itapocu.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Anuncia a realização da Festa do Marisco, em Penha.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Manifesta sua satisfação por ter sido sorteado para participar da CCJ; aborda a mobilização dos praças por justiça salarial.

**DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS** - Fala sobre a sua Lei n. 12.278/08, que trata de cursinho pré-vestibular gratuito para alunos carentes da rede pública.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** (pela ordem) - Registra a presença do ex-prefeito de Imaruí, Pedro Motta Roussenq.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (pela ordem) - Registra a presença da vereadora Tatiana, de Criciúma.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** - Manifesta-se sobre a decisão do Ministério Público sobre o uso de escolas públicas como albergue; refere-se a recursos do Orçamento do governo da União concedidos à Acic.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Fala do trabalho da secretaria de Segurança Pública no planalto norte; aborda a situação do trânsito em Santa Catarina, falando da morte de Felipe Faria, filho do vice-prefeito de Canoinhas; discorre sobre a restrição de instalação da Aurora em Canoinhas.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (aparte) - Fala da importância da Aurora para Mafra, Canoinhas e região.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** - Registra a presença de vereadores de Campo Belo do Sul: Edegar Alberto Pletsch, Ademir da Guia Martins e Ivo Tadeu Antunes de Oliveira; discorre sobre a situação dos presídios em Santa Catarina.

**DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL** (aparte) - Parabeniza os secretários Ronaldo Benedet e Justiniano Pedroso pelo trabalho na área de segurança.

**DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL** (pela ordem) - Registra a presença de membros da Associação dos Desabrigados do Morro do Baú e do ex-prefeito de Navegantes Domingos Régis.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (pela ordem) - Registra voto contrário à Moção n. 0010/2009.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** (pela ordem) - Manifesta voto contrário à Moção n. 0010/2009; registra a presença do ex-deputado Francisco de Assis.

**DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA** (pela ordem) - Comunica que foi escolhido para presidente da comissão de Agricultura.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** (pela ordem) - Retira seu apoio à Moção n. 0010/2009.

Explicação Pessoal

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Refere-se ao Rodeio Nacional dos Campeões que será realizado em Araranguá.

**DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN** (aparte) - Comenta a realização do Rodeio Nacional dos Campeões em Araranguá.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Aborda o Rodeio Nacional dos Campeões que acontecerá em Araranguá.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (pela ordem) - Registra a presença da vereadora Thatiane Teixeira.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Comenta a constituição das comissões da Casa; refere-se à situação do país diante da crise mundial; registra a visita do presidente Lula ao estado para fazer inaugurações; comenta a necessidade das reformas política e tributária.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Aborda o investimento em infra-estrutura feito pelo governo federal.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (pela ordem) - Refere-se à instalação da comissão de Turismo e Meio Ambiente.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** (pela ordem) - Nomina os membros da comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

**DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS** (pela ordem) - Nomina os componentes da comissão de Legislação Participativa.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** - Refere-se à história do MDB.

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** (aparte) - Aborda a história do MDB.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Reporta-se à nova variedade de maçã desenvolvida pela Epagri.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Refere-se à entrevista do senador Jarbas Vasconcelos concedida à revista *Veja* e à de Dejandir Dalpasquale na Rádio CBN.

**DEPUTADO HERNEUS DE NADAL** - Reporta-se às declarações do senador Jarbas Vasconcelos à revista *Veja*.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Parabeniza o deputado Herneus de Nadal pelo pronunciamento.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (pela ordem) - Comunica sua eleição para presidente da comissão de Turismo e Meio Ambiente e do deputado Renato Hinnig para vice.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (pela ordem) - Nomina os membros da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Registra a assinatura da ordem de serviço para recuperação do porto de Itajaí.

**DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL** (aparte) - Refere-se à recuperação do porto de Itajaí.

**DEPUTADO HERNEUS DE NADAL** (aparte) - Parabeniza o deputado Serafim Venzon pelo pronunciamento.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Registra a substituição do deputado Adherbal Deba Cabral pelo deputado Renato Hinnig na comissão de Turismo e Meio Ambiente.

**DEPUTADO PEDRO UCZAI** - Refere-se aos arts. 170 e 171; comenta o piso nacional do professor; aborda os objetivos da comissão de Educação.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (aparte) - Comenta a eleição de diretores de escola.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (pela ordem) - Nomina os componentes da comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Esta Presidência quer fazer o registro da presença dos visitantes da Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Baús - Adarb -, de Ilhota, sr. Edinei Antônio Vieira, acompanhado de mais 14 pessoas. Registra também a presença dos vereadores Ademir Martins e Ivo Tadeu de Oliveira, de Campo Belo do Sul.

A presença de todos é muito honrosa para a Assembléia Legislativa.

Esta Presidência também quer comunicar, conforme entendimento e de acordo com o que determina o nosso Regimento Interno, que ontem foi o último dia para a indicação dos nomes dos integrantes de todos os partidos para as respectivas comissões técnicas. Isso foi obedecido, faltando única e exclusivamente os entendimentos e a indicação dos pequenos partidos para a comissão de Constituição e Justiça. Pequenos em número, mas grandes em qualidade.

Vamos decidir no plenário, daqui a pouco, para que não haja nenhum tipo de atraso. Tudo o que tiver que ser feito, nós iremos fazer conforme determina o nosso Regimento. Assim sempre foi e assim será.

Então, todas as demais comissões já estão com os nomes indicados, e vou anunciar para que fiquem constituídas, a partir de hoje. A Mesa fará uma resolução para que possa ser eleito o presidente e o vice-presidente, conforme já previamente acordado.

Então, eu farei a leitura de todas as comissões, após ser resolvida a participação dos deputados que representam os pequenos partidos: a deputada Professora Odete de Jesus e os deputados Narcizo Parisotto, Sargento Amauri Soares e Professor Grando. Se algum dos senhores não desejar participar do sorteio que já está preparado, gostaria de ter a confirmação para que seja excluído o nome do sorteio, uma vez que o Regimento Interno assim determina. Se não houver um entendimento entre os partidos, a Presidência realizará um sorteio.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, seria interessante que houvesse um entendimento das minorias, como sempre houve nesta Casa.

V.Exa. falou dos pequenos partidos, mas sabe que os pequenos muitas vezes dão uma grande contribuição, e quando querem fazem um grande estrago também. A nossa Casa aqui é de construção, de entendimento. Assim, nós gostaríamos que os deputados Professor Grando, Narcizo Parisotto e Sargento Amauri Soares se manifestassem.

Gostaria que o nome desta deputada fosse incluído por v.exa., porque eu não posso ficar de fora. Quero poder dar a minha contribuição e colocar o Partido Republicano Brasileiro...

(Manifestação interrompida por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Muito bem, deputada Professora Odete de Jesus! Contudo, a bem da verdade, v.exa., provavelmente, não estava atenta, porque esta Presidência disse: "Pequenos em número, mas grandes em qualidade". Já disse isso porque sei do zelo que v.exa. tem e da qualidade que tem o seu trabalho nesta Casa.

O procedimento é exatamente este: se algum dos quatro deputados não desejar participar do sorteio, tem que fazer a comunicação. Esta Presidência realizará o sorteio, conforme determina o Regimento Interno, dentro de poucos minutos, a fim de podermos anunciar ainda hoje os integrantes de todas as comissões, para que se possa, na tarde de hoje ou amanhã pela manhã, fazer todas as eleições.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Sr. presidente, quero apenas registrar, com muito orgulho, a presença do ex-deputado Unirio Dalpiaz, do município de Timbó, que representa tão bem a nossa região do vale do Itajaí. Está presente também a vereadora Tati, do município de Criciúma.

Quero registrar ainda a presença de todos os integrantes do Alto Baú, do Baú Central, bem como dos seus líderes, da presidente de sua associação, a Adarb. Registro a presença do Edinei, da Tatiane, do Rosnael, do João, do João Mário, do Nelson Richard, do Dirceu, do Flávio, da Osmarina, do Ademir, do Ênio e do Pedro, que vieram aqui colocar a situação dos que vivem hoje lá no Morro do Baú.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Muito bem, deputado! Esta Presidência considera a manifestação de v.exa., com a inclusão do nome das pessoas que nos visitam, tendo em vista que já havia anunciado.

Esta Presidência também registra a presença do ex-deputado Lírio Rosso, que teve o privilégio de ter sido deputado, com a licença deste modesto deputado que lhes fala, bem como da vereadora Tati.

Sintam-se bem nesta Casa!

Com a palavra o sr. deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, quanto à política, sabemos que todo cidadão deve realizá-la. Ser representante de uma comunidade, de uma entidade de classe, é tão importante ou mais do que ter muitas vezes um mandato político de vereador, de deputado estadual, de deputado federal, de senador, de governador, de presidente. É importante mostrar que a política pode ser feita por todos, mas cada parte se diferencia ao realizar a sua forma de política.

Nós, que representamos os partidos políticos, temos que fazer uma política em que devemos contentar todos, lutar por todos, buscando uma harmonia bastante ampla. Obviamente que o representante de uma classe, de um sindicato, de uma entidade, luta de forma corporativa com muita ênfase nas suas reivindicações específicas. Isso é importante e fundamental numa sociedade em que existe conflito de classes, o qual se deve expressar da forma mais democrática possível.

Quem tem um mandato popular não pode ser classista, não pode ser corporativista e fazer uma política estreita, pensando apenas numa categoria ou mesmo numa entidade comunitária; deve-se pensar no todo. Por isso fazer política é muito difícil. Eu sempre digo que a política é a mais difícil de todas as ciências. É mais difícil do que a Matemática, a Química, a Física. Por quê? Porque cada pessoa pensa diferente. Nós temos que respeitar todos e construir o consenso dentro da sociedade, estabelecendo leis que contemplem todos e tragam felicidade a um conjunto maior, a toda a sociedade. E justamente por ser difícil, é apaixonante.

Temos visto aqui muitos debates e esses debates, às vezes, têm o viés da emoção, na decisão simples de ser a favor ou contra. Não há essa simplicidade. Muitas das leis que votamos aqui exigem um conhecimento profundo. Se nós conseguirmos o consenso, e para isso há as probabilidades, muito melhor será essa lei. E cito exemplos: o Projeto de Lei n. 0347, que dispõe sobre o Parque da Serra do Tabuleiro, e o Código Ambiental. Não se trata da questão de ser a favor ou contra, de estar contemplando um grupo econômico ou não, de estar prejudicando a comunidade, porque quando se trata de meio ambiente, estamos votando para as gerações futuras, para que o presente possa responder com dignidade.

Então, esses projetos aqui estão, e quero elogiar o posicionamento do governador do estado que, de forma inteligente, como democrata que é, sentiu que há contradições na sociedade que se vêm estendendo há mais de 30 anos. Chamou a sua equipe técnica, fez o projeto e mandou-o a esta Casa, que está aqui para discutir o ónus e o bônus, de forma favorável ou não, apresentando emendas para melhorá-lo. E aí não se pode fazer o jogo fácil, jogar para a torcida. Temos que realmente assumir os posicionamentos e fazer uma boa lei, votar essa lei. Por quê? Porque nós, deputados, que temos o pensamento parlamentarista, precisamos começar a discutir os assuntos com maior profundidade, sim, e não ter medo de um possível desgaste, já que temos que fazer a história assumindo uma posição de forma clara.

É isso o que estamos fazendo. Somos favoráveis ao projeto com emendas, com discussão, porque se trata de algo que já vem sendo discutido desde o ano passado. Foi dado um prazo. Nós, como liderança, pedimos para adiar esse prazo e o novo prazo vai ser cumprido no próximo dia 4, com certeza. A Mesa colocou como sendo o último dia para se votar realmente, e foi um acordo unânime de todas as lideranças.

Sei que vamos construir uma solução, no meu entender, com as emendas apresentadas através do projeto do governo, porque, sempre que há dúvidas, nós costumamos dizer que o Poder Executivo é igual ao Poder Judiciário, é igual ao Poder Legislativo, e que são harmônicos entre si.

O Poder Executivo, seja um prefeito, um governador ou um presidente, que tiver assuntos polêmicos - e esta Casa é polêmica -, tem que discutir. A melhor maneira de resolver esse impasse é mandá-lo para a Casa do Povo, que é a Assembléia Legislativa. E esta Casa, através dos seus deputados, das comissões, havendo prazo para audiências públicas, discussões, chamará os técnicos, fará a elaboração do projeto e votará da melhor maneira possível. Nem sempre é como gostaríamos, mas lutaremos para que ocorra da forma que melhor represente a solução.

Então, esse projeto visa solucionar o problema na nossa Grande Florianópolis há mais de 30 anos, através de uma prática que não é aconselhável. Nós continuamos lutando sobre a questão ambiental. O art. 225, que todos nós somos responsáveis, trata da criação de parques por decreto. Não se deve criar parques por decreto. Há o exemplo lá do Parque de São Joaquim, em nível nacional e federal, que até hoje as famílias não foram indenizadas e tiveram que sair da sua propriedade, como se diz, da sua propriedade. E foram para onde? Para as cidades, um meio onde não são acostumados culturalmente, sofrendo todas as violências e consequências desse êxodo. Da mesma forma aconteceu com o Parque da Serra do Tabuleiro, que é o maior parque do sul do Brasil. O sul do Brasil tem o maior parque de Santa Catarina, o Parque da Serra do Tabuleiro, com 92 mil hectares.

Então, veja bem, esse parque foi criado por decreto porque, para fazer parque, se for municipal, basta o decreto do prefeito; se for estadual, basta o decreto do governador; ou se for federal, basta o decreto do presidente. Isso foi uma herança do regime ditatorial, quando tínhamos os AI-1, o AI-2, o AI-3, o AI-5, a Lei de Segurança Nacional. Eram os famosos decretos-lei. E na questão ambiental ficou assim.

Claro que é muito mais democrático, na formação de qualquer parque novo, a discussão passar pelo órgão ambiental, por entidades, vir para esta Casa de forma transparente. Todos nós somos favoráveis à questão do meio ambiente e aprovaremos a lei que gera um parque.

Então, para criar um parque basta um decreto do Poder Executivo em cada esfera. Agora, para modificar esse parque, dar a sua categoria, o seu direcionamento precisa ser através de lei. Vejam bem as contradições com as quais nós vivemos: para formar um parque, basta um decreto, mas para melhorá-lo, modificá-lo, precisa de lei que passe por esta Casa. É o caso do Projeto de Lei n. 0347.

E há contradições, sim, mas isso é próprio desta Casa polêmica, é próprio da sociedade, e só há uma maneira de resolver essas contradições: através da democracia! E é o que os partidos políticos representam.

É necessário que façamos uma política mais ampla no estabelecimento da lei. Não basta a paixão na defesa dos direitos de uma categoria, de uma associação ou de uma localidade, mas a visão ampla de toda a cidadania, que constitui o nosso estado e o nosso país. Por isso que é difícil fazer política, mas isso nos engrandece, e é essa a visão que todo político deve ter. Acabou-se a época do discurso fácil, do oportunismo de querer ganhar para uma causa sem ter conhecimento.

Eu falo isso porque sou favorável ao projeto com as emendas, pois participei, como presidente da Fatma, de todas as reuniões e audiências públicas realizadas em cada comunidade que pertence ao parque; nós sempre discutimos e ouvimos. E nada mais triste do que uma família ter que ser deslocada. Hoje temos pessoas que, mesmo pós-graduadas ou doutoradas, têm dificuldade em arrumar emprego. Agora imaginem uma pessoa lá do interior ter que vir para a cidade sustentar a sua família. Não podemos fazer...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Solicito aos srs. deputados Sargento Amauri Soares, Narcizo Parisotto e à deputada Professora Odete de Jesus que, em seguida, após o pronunciamento do próximo orador inscrito, quando será realizado o sorteio, aproximem-se da Mesa Diretora.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Professora Odete de Jesus, sem prejuízo do seu tempo.

Enquanto a deputada dirige-se à tribuna, já convido o deputado Pedro Baldissera para que me ajude a fazer o sorteio, sendo que v.exa. é o único religioso que não está envolvido no sorteio. A deputada Professora Odete de Jesus é religiosa, o deputado Narcizo Parisotto também, e v.exa. é o único religioso que não está envolvido. Então, eu quero a sua mão santa para me ajudar a fazer o sorteio.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente, por esse elogio quando v.exa. diz que esta deputada é religiosa. Quero cumprimentá-lo e aos demais integrantes da Mesa; cumprimento também os srs. deputados e as sras. deputadas, as nossas queridas taquígrafas, os funcionários desta Casa e a imprensa falada, escrita e televisionada.

Sr. presidente, eu, hoje, quero falar de um tema muito importante: a casa própria, a casa, que é o sonho de todo o cidadão e cidadã, é o seu teto. A casa significa algo importante porque quando nos referimos a ela, lembramo-nos da família, do abrigo e do aconchego.

Eu recebi dois convites muito importantes: um do brilhante deputado Manoel Mota, que nos convida para uma sessão especial hoje, referente à Campanha Nacional para uma Moradia Digna, que será realizada às 19h, aqui no plenário deste Poder Legislativo.

Quero parabenizar o deputado e dizer-lhe que esta deputada se fará presente porque também é autora daquela lei "Santa Catarina Agradece", que v.exas. aprovaram. Hoje já é lei, só estou aguardando a sua regulamentação. Já tive uma conversa com sua excelência, o governador do estado, dr. Luiz Henrique da Silveira, que também já conversou com a presidente da Cohab, a amiga Maria Darci, para a implementação dessa minha lei. A casa própria para os empregados domésticos, que inclui as cozinheiras, as governantas, as babás, as lavadeiras, as faxineiras, os motoristas particulares, as enfermeiras do lar, jardineiros, copeiros, caseiros, chacareiros.

Só estamos aguardando para realizar uma grande audiência pública de esclarecimento para a implantação desta nossa Lei n. 14.509, que v.exas. aprovaram e foi sancionada. É lei, e lei nós colocamos em ação, nós não deixamos na gaveta. A lei foi feita para ser executada, para beneficiar essa fatia da população que atinge 70% e está inserida nessas categorias que eu salientei.

Então, só estamos aguardando para realizar uma grande audiência pública de implementação, porque 3% das moradias que o governo do estado destina à população carente são para implementação e para execução dessa nossa lei na qual v.exas. têm parte também. Tenho certeza de que v.exas., deputada Ada De Luca e demais srs. deputados, também têm parte nisso aqui. V.Exas. aprovaram, deputado Reno Caramori, deputado Silvio Dreveck, deputado Pedro Baldissera e demais srs. deputados.

Mas eu venho falar também de outro convite que me deixou muito feliz. Já entreguei, e v.exas. já receberam, o convite, e o presidente desta Casa, deputado Jorginho Mello, também recebeu. Tenho certeza de que o deputado que preside esta nossa sessão, dr. Jailson Lima, também recebeu o convite.

Peço permissão para lê-lo, neste instante.

(Passa a ler.)

"A Igreja Universal do Reino de Deus tem a honra de convidá-lo para participar da cerimônia de inauguração do Centro de Triagem e Abastecimento."

A cerimônia ocorrerá no Centro de Triagem e Abastecimento e realizar-se-á no dia 19 de fevereiro, portanto, amanhã, quinta-feira, às 9h, no espaço anexo da Igreja Universal do Reino de Deus de Navegantes, na Avenida Sacavem, n. 525, Centro. O evento contará com personalidades sociais, lideranças políticas, representantes do meio artístico e a imprensa também se fará presente.

Eu recebi o convite do presidente da Igreja Universal do Reino de Deus, dr. Jerônimo Alves, que me pediu que entregasse a v.exas.

Vamos ter que lembrar um episódio triste que aconteceu no final de novembro do ano passado, quando os municípios de: Itajaí, Blumenau, Ilhota, Brusque, Navegantes, Luis Alves e até aqui, na Grande Florianópolis, tiveram famílias atingidas pelo grande flagelo das enchentes. Municípios e áreas de terra deixaram de existir, nós até denominamos de segundo dilúvio. E nós tivemos a participação de pessoas muito solidárias. Inclusive, a campanha que o dr. Jerônimo Alves está comandando aqui no estado, através do Instituto Ressoar, é a campanha Reconstruindo Santa Catarina.

Houve pessoas que fizeram doações para a compra dessas casas, e eu quero dizer a v.exas. que há uma matéria em um jornal da Grande Florianópolis sobre as famílias que serão beneficiadas, serão aproximadamente 150 famílias. Parece-me que oito famílias já receberam as suas casas e outras estarão recebendo-as em breve.

(Passa a ler.)

"Os critérios para essas famílias receberem a as casas são os seguintes: idosos com mais de 65 anos, casos nos quais a mulher é a chefe da família, e famílias com deficientes físicos. Além disso, essas famílias não poderão possuir nenhuma outra moradia e também não podem participar de nenhum programa habitacional do governo.

As casas populares serão pré-moldadas. Terão entre 30m<sup>2</sup> e 36m<sup>2</sup> e serão feitas de madeira. A Defesa Civil está fazendo um levantamento e serão analisados os lugares que mais sofreram com a tragédia.

As prefeituras das cidades atingidas serão as responsáveis por providenciar e ceder os terrenos aos desabrigados que irão receber as casas populares. A Cohab de Santa Catarina está trabalhando em conjunto com as prefeituras, trazendo sua experiência em desenvolvimento de moradias populares."

Estive conversando com a presidente da Cohab, Maria Darci Mota Beck, e ela comentou que está bem envolvida ajudando o Instituto Ressoar.

Então, eu quero que v.exas. recebam com carinho esse convite. Estarei participando amanhã às 9h, e gostaria que v.exas. também se fizessem presentes.

Agradeço a oportunidade, sr. presidente, deputado Jorginho Mello, e até outra ocasião.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Convido a sra. deputada Professora Odete de Jesus, o deputado Sargento Amauri Soares, o deputado Professor Grandó e o deputado Narcizo Parisotto para realizarmos, neste momento, o sorteio. Gostaria de contar também com a presença do deputado Pedro Baldissera, que será o sorteador do nome que fará parte da comissão de Constituição e Justiça.

Inscrito para falar o sr. deputado Silvio Dreveck, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, trago a esta tribuna, no dia de hoje, uma matéria ressaltada no domingo à noite e apresentada no *Estúdio Santa Catarina*, que trata do sistema prisional em Santa Catarina, que é um verdadeiro caos.

Gostaria que nossa assessoria técnica fizesse a apresentação do vídeo, para que possamos ver o que está acontecendo em Santa Catarina.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Essa é a nossa dura realidade! E para que existe o nosso Fundo Penitenciário em Santa Catarina?

(Passa a ler.)

"Art. 2º O Fundo Penitenciário do estado de Santa Catarina - Fupesc - tem por finalidade a captação de recursos financeiros destinados à melhoria das ações relacionadas ao Sistema Penitenciário Estadual, principalmente a:

I - reforma, ampliação e construção de estabelecimentos penais, prisionais e de custódia do estado;

II - renovação e ampliação da frota de veículos;

III - aquisição de material de consumo e permanente;

IV - manutenção dos estabelecimentos penais, prisionais e de custódia;

V - incentivo a programas sociais, de ensino, de cultura e médico-hospitalares na área penal;

VI - supervisão técnico-administrativa do Sistema Penal;

VII - treinamento e capacitação de recursos humanos vinculados ao Sistema Penal."[sic]

E nós vamos mais à frente, para vermos o que está acontecendo, deputado Reno Caramori, com o orçamento do Fundo Penitenciário.

Então, vejamos: em 2007, foram orçados R\$ 63 milhões - estou arredondando -, suplementados R\$ 31 milhões, anulados R\$ R\$ 27 milhões. Total R\$ 67 milhões. Empenhados R\$ 51 milhões, saldo R\$ 16 milhões.

Em 2008, foram orçados R\$ 67 milhões; suplementados R\$ 70 milhões, anulados R\$ 24 milhões. Total R\$ 112 milhões. Empenhados R\$ 62 milhões, saldo R\$ 50 milhões."

Onde está esse saldo?

(Continua lendo.)

"Art.5º Os saldos financeiros do Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina - Fupesc -, verificados no final de cada exercício serão automaticamente transferidos para o exercício seguinte."[sic]

A pergunta é: onde está o saldo do Fupesc do exercício anterior? É a pergunta que nós estamos fazendo para o estado, para o governo, para o secretário, para a secretaria. Além disso, onde estão os recursos federais que são transferidos para o Fupesc? Também não há transparência, também não sabemos onde estão sendo investidos esses recursos.

Segundo informações, se o estado aplicasse o dinheiro federal do Fundo Penitenciário, daria para construir no mínimo quatro presídios por ano, cada um com 70 vagas.

Então, nós queremos saber e temos a obrigação, como parlamentar, de cobrar. Se nós temos dificuldade, imaginem o que dizer da população catarinense.

Eu espero que o governo tome uma decisão firme no sistema prisional, para que Santa Catarina não se torne líder em função do mau exemplo penitenciário.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Quero comunicar ao Plenário que foi sorteado, pelo deputado Pedro Baldissera, o nome do deputado Sargento Amauri Soares, que fará parte da comissão de Constituição e Justiça.

Esta Presidência já determinou à assessoria que faça a resolução, que estará pronta dentro de poucos minutos, ocasião em que será feita a leitura da constituição de todas as comissões. E a própria comissão, se quiser, no dia de hoje, poderá se reunir no plenário para que seja feita a eleição de seu presidente e do vice-presidente. Assim, estamos cumprindo rigorosamente o que determina o Regimento Interno.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Baldissera, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, aproveito o horário do meu partido para trazer presente alguns trechos da resolução política que o Partido dos Trabalhadores publicou no último dia 10 de fevereiro. E a resolução tem como centro a conjuntura internacional atualmente, que é a crise econômica, colocando e destacando a sua origem no núcleo do sistema capitalista mundial, os Estados Unidos.

(Passa a ler.)

Essa mesma crise se propagou em todo o planeta. Embora os impactos da crise não sejam da mesma natureza e magnitude em todos os países, a retração da atividade econômica e o aumento do desemprego, que se seguiram à desorganização do sistema de crédito e financiamento, são hoje fenômenos comuns a praticamente todos os países.

Governos de todos os continentes rasgam as cartilhas neoliberais e recorrem à intervenção estatal para reduzir a catástrofe provocada pela desregulamentação dos mercados financeiros e pela especulação. O desequilíbrio nas contas externas de vários países e o aumento do desemprego propiciam esse tipo de iniciativa, que coloca em risco o comércio internacional e cuja multiplicação conduzirá, como ocorreu no passado, a um agravamento da crise.

Em síntese, estamos diante da maior crise econômica mundial desde a Grande Depressão originada em 1929, cujos efeitos se prolongaram por mais de uma década e desembocaram em uma das mais trágicas páginas da história da humanidade. Nesse contexto, a intervenção do estado desmoraliza o discurso conservador hegemônico nos últimos 25 anos - o que equivale, na disputa político-ideológica, à queda do 'muro de Berlim' neoliberal.

Hoje assistimos ao declínio simultâneo da hegemonia dos EUA e do neoliberalismo. Ao mesmo tempo, as Américas Latina e Caribenha vivem um momento especial de sua história: nunca tantos países foram governados por forças de esquerda e progressista, criando as condições para um desenvolvimento e uma integração de novo tipo, capazes de enfrentar e superar a crise em benefício das maiorias.

A estratégia do governo Lula de enfrentar a crise com uma visão anticíclica, buscando ao mesmo tempo amortecer seus impactos e pavimentar o caminho para a retomada, em outro patamar, do processo de crescimento, manifesta-se na decisão de aumentar em R\$ 100 bilhões os recursos do BNDES para financiar investimentos na manutenção e ampliação do programa de investimentos da Petrobras, na criação do Fundo Soberano e no fortalecimento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Manifesta-se também nas medidas adotadas para preservar a demanda interna e proteger os setores de menor capacidade econômica; na redução do IPI do setor automotivo; do IOF das operações de crédito e do Imposto de Renda da Pessoa Física; na proposta da construção de um milhão de casas populares, bem como no aumento do salário mínimo em mais de 6% acima da inflação e na preservação dos benefícios do programa Bolsa Família.

O PT apóia a postura decidida do presidente e saúda a forma como o ministro Mantega tem-se posicionado dentro e fora do país. Mas reafirmamos que a redução rápida e forte da taxa Selic é fundamental para reduzir o custo da dívida no Orçamento da União e estimular investimentos.

Não há razão técnica justificável para manter juros reais de mais de 7%, quando os principais bancos centrais do mundo praticam taxas próximas de zero ou negativas.

A política anticrise do presidente Lula, do governo federal para manter a alta taxa de investimentos deve-se guiar por critérios socioambientais:

- a) geração de emprego;
- b) atendimento preferencial aos segmentos de renda mais baixa da população;
- c) menor impacto ambiental.

Nesse sentido, a resolução faz menção àquilo que se projeta: as eleições de 2010 serão entre dois grandes projetos. Um projeto derrotado nesse momento, que é o projeto neoliberal, e o projeto da inclusão social, da distribuição de renda e melhor qualidade de vida à nossa população. Para tanto, a nossa população tem que estar atenta a esses dois projetos colocados no seio...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, eu quero saudar o dr. Julio Cesar Ronconi, presidente da Câmara de Vereadores de Rio Negrinho, que está aqui nesta Casa buscando especificamente tudo o que existe de oportunidades para o planalto norte de Santa Catarina.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - A Presidência registra, com prazer, a presença do referido vereador neste plenário.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, para dar seqüência à minha apresentação sobre o sistema prisional em Santa Catarina, quero dizer que eu falava sobre o Fundo Penitenciário, sobre o Orçamento, deputado Professor Grandó. E eu gostaria de dizer que no Orçamento, por exemplo, de 2008, foram orçados apenas para investimento R\$ 14.300.000,00, foram suplementados R\$ 39.257.532,80 e anulados R\$ 7.282.994,05, num total de R\$ 46.274.538,75, sendo que foram empenhados apenas R\$ 4.662.434,55, com um saldo de R\$ 41.612.104,20.

O que chama a atenção é que no Orçamento de 2009 - Construção de Estabelecimento Penal -, digo mais uma vez, foram orçados R\$ 8.427.800,00. Por enquanto estamos no início de 2009, apenas 18 de fevereiro, e não há suplementação, não há anulação. Apenas não há empenho, mas também não há a transferência do saldo de 2008.

Repito, essa é a pergunta que nós estamos fazendo: onde foram empenhadas, onde foram pagas, com esses recursos do exercício anterior, as despesas de custeio e de investimento? Na secretaria da Segurança Pública?

Ora, se existe um fundo, volto a dizer, nós indagamos, deputado Dirceu Dresch, líder da bancada dos Trabalhadores, onde estão os recursos de investimento do Fundo Penitenciário? Onde estão os recursos transferidos do governo federal para o Fundo Penitenciário Estadual? Não vemos investimentos em construção de novos presídios em local nenhum. Não há investimentos de reformas, ampliações e adequações.

Portanto, nós aqui na Assembléia Legislativa, devemos saber até, segundo a pergunta do nosso Tribunal de Contas, para onde vai o seu dinheiro, catarinense!

É evidente que nós entendemos que sempre vai existir falta de dinheiro, falta de recursos, porque há mais necessidade de investir na saúde, na educação, no sistema viário, que por sinal está muito mal sinalizado em Santa Catarina. Mas, ao mesmo tempo, a receita do estado de Santa Catarina, nos últimos cinco anos, praticamente dobrou, ou seja, passou de R\$ 6 bilhões anuais para aproximadamente R\$ 12 bilhões.

É esse o questionamento que temos que fazer, porque algo não está sendo bem gerido no estado de Santa Catarina. Não se está priorizando o dinheiro à saúde, à educação, à segurança, em especial ao sistema prisional. Não há prioridades para esses setores tão essenciais, porque se fosse ao contrário não estaríamos recebendo reivindicações, reclamações de escolas, da segurança, da saúde. O governo do estado tem priorizado em outras despesas, pois não podemos nem chamar de investimentos. Volto a repetir aqui que foram gastos dois milhões em Florianópolis no Desafio das Estrelas, no Joinville Mundo Pop e assim por diante.

Não podemos concordar com esse modelo de descentralização porque ele não prioriza o investimento. Esse modelo prioriza despesas operacionais com pessoal, com locação, com energia e com veículos.

Portanto, se nós fôssemos utilizar os R\$ 150 milhões, aproximadamente, que o estado está utilizando com despesas operacionais, certamente esse dinheiro seria muito mais útil para a segurança, para o sistema prisional, para a saúde, para a educação, para o nosso agricultor, para o nosso sistema viário, que é onde necessitamos de investimento para melhorar a qualidade de vida da população catarinense.

Para encerrar, sr. presidente, não quero me ater ao tema, até porque o meu tempo não vai permitir. Apenas quero dar uma sugestão: quem tiver a oportunidade de ler, no *Diário Catarinense*, o que o nosso ex-ministro catarinense da Agricultura, Dejandir Dalpasquale, falou seria interessante. Tenho aqui como destaque: "Dalpasquale reitera críticas à sigla". É um homem que merece credibilidade e acredito, deputado Joares Ponticelli, que vale a pena ler esta matéria.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli (Intervindo) - Acabei de ouvi-lo na CBN e amanhã vamos trazer a fita para esta Casa.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Era isto, sr. presidente.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, eu quero registrar a presença do nosso grande prefeito de São João do Sul, Alex Bianchini, que nos prestigia hoje na sessão desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Seja bem-vindo, prefeito Alex Bianchini.

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Só quero dizer, para complementar, que além de estar aqui presente o prefeito Alex Bianchini, estão presentes os vereadores Valmor Rocha e Sérgio Luiz dos Santos, o presidente do DEM, José Farias de Oliveira, também de São João do Sul, e o ex-deputado Francisco Küster.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Reserva moral do PMDB, deputado. Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até sete minutos

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, ocupo este espaço do meu partido, com a permissão do nosso líder, deputado Cesar Souza Júnior, para falar da minha região, da cidade de Joinville.

Primeiramente, quero falar sobre a visita que fez o governador Luiz Henrique da Silveira, o nosso governador, ao município de Joinville, na semana retrasada. O governador tem visitado todo o estado de Santa Catarina levando recursos, inaugurando obras, mas para Joinville tem dado uma atenção especial. Ele esteve naquele município e socorreu o Hospital Municipal São José, com o repasse de R\$ 1,5 milhão, um hospital que atende a Joinville, que atende as regiões norte e nordeste de Santa Catarina, um hospital muito importante para a nossa cidade, um hospital que passa por extremas dificuldades há muitos anos.

Então, o governador atendeu ao pleito dos deputados, atendeu ao pleito do prefeito municipal e da nossa comunidade ao repassar R\$ 1,5 milhão para o Hospital Municipal São José.

Mais do que isso, sr. presidente, o governador Luiz Henrique da Silveira inaugurou, no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, em Joinville, 15 novos leitos de UTI. Tinhamos, e ainda temos, carência de UTI na nossa cidade e na região. Mas, com a inauguração desses 15 novos leitos de UTI, passamos a ter uma condição melhor para atender à nossa população.

E no ato da inauguração, com a presença do secretário Dado Cherem, da secretaria da Saúde, o governador e o secretário anunciaram a decisão de ampliar o hospital regional, de fazer um anexo, construindo mais 150 leitos para atender a Joinville e às regiões norte e nordeste do nosso estado. Essa é uma providência fundamental para melhorarmos a nossa saúde, pois temos 970 leitos e, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, precisamos de mais 400 leitos. Portanto, esse anúncio oficial do governador é uma decisão importante para melhorarmos a saúde do município de Joinville.

Também quero anunciar, sr. presidente, que estou entrando com uma indicação no sentido de que o governo do estado tome providências, urgentemente, para pavimentar a estrada Rio dos Morros, numa extensão de nove quilômetros, que liga a BR-280 ao município de Joinville.

A pavimentação da rua Monsenhor Gercino vai-se constituir, futuramente, no eixão leste que vai dar acesso ao Boa Vista, ao Aventureiro, ao Iririri, à região leste do município de Joinville.

Também entrei com uma outra indicação solicitando providências para que o governo do estado pavimente a estrada da Barra do Itapocu, que faz a ligação do balneário da Barra do Sul à BR-101, dando vazão às pessoas que vão ao nosso balneário e que muitas vezes ficam congestionadas no trânsito.

Deputado Antônio Aguiar, v.exa., que conhece bem aquela região, porque veraneia em São Francisco do Sul, em Ubatuba, Enseada, sabe que neste período de temporada ficamos congestionados durante horas no trânsito da BR-280. E a pavimentação da estrada da Barra do Itapocu vai dar vazão ao trânsito da praia da Barra do Sul.

Quero reforçar a indicação que fiz e que todos nós daquela região, deputado Antônio Aguiar, já fizemos, no sentido da necessidade de o governo federal cumprir o compromisso que assumiu de abrir a licitação para a pavimentação da BR-280, que liga o porto de São Francisco do Sul à cidade de Jaraguá do Sul.

Quero, portanto, dizer que vamos, os deputados da nossa região, fazer contato com o governador, para que possamos implementar essas ações, urgentemente, dando condições turísticas, condições para o escoamento da produção, para o melhoramento da infraestrutura de Joinville, da região norte de Santa Catarina e do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Gostaria de saudar o prefeito do município de Penha, sr. Evandro, que nos convidou para a abertura da Festa do Marisco, que acontecerá nesta semana, na quinta-feira, naquela cidade, às 20h.

Quero saudar o prefeito e desejar sucesso ao evento.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Em nome da Presidência e de todos os parlamentares, agradecemos o convite. Tenho certeza de que todos comparecerão à festa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público que nos acompanha nesta sessão, quero, inicialmente, manifestar a alegria, o contentamento e até a emoção por ter sido sorteado para representar os quatro partidos da minoria, com os cinco deputados da comissão de Constituição e Justiça desta Assembléia Legislativa. É uma comissão muito importante, assim como as outras, mas pela CCJ passam todos os projetos que são votados por este Poder.

Por isso, a nossa satisfação por ter sido sorteado para participar desta comissão é muito grande.

Queremos dizer que temos consciência da necessidade de trabalho, de aplicação, por parte deste deputado, por parte de toda a nossa equipe de gabinete, para que possamos levar a bom termo essa grande tarefa de representar a sociedade catarinense também nesta comissão.

Nobres pares, os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros continuam mobilizados em nosso estado. Desde o dia 7 de janeiro estamos em vigília permanente, com alerta de 24 horas, pelos motivos que lutamos. Desde o dia 7 de janeiro estamos com vigília em Florianópolis e em São Miguel d'Oeste. E desde o dia 14 de janeiro, na cidade de Lages, montamos a terceira vigília. No dia 24 de janeiro, montamos na cidade de Chapecó, na praça Coronel Bertaso. Já no dia 7 de fevereiro, montamos vigília na cidade de Blumenau, no vale do Itajaí. E no último sábado, agora, dia 14 de fevereiro, inauguramos a vigília também permanente, 24 horas por dia, na cidade de Laguna, no sul do estado, na praça República Juliana, ao lado da estátua da heroína de dois mundos, Anita Garibaldi.

Esse movimento, essa mobilização, agora com seis acampamentos de vigília, em seis importantes cidades do estado, deve continuar por tempo indeterminado. Inclusive, planeja-se a realização de uma marcha, que virá caminhando desde a cidade de Lages, do calçadão central desta cidade, até aqui, às calçadas do Centro Administrativo, para trazer as nossas demandas, dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e as demandas da Segurança Pública, que são tão necessárias para a nossa população.

O que querem os praças com essa mobilização, que já vem, como todos sabem, desde o ano passado, desde o mês de dezembro? E é o assunto que temos falado nesta tribuna, dezenas, centenas de vezes nos últimos dois anos.

Os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, assim como os policiais civis, os agentes prisionais, todos os servidores da Segurança Pública, querem justiça salarial, pois agora que a Lei n. 254 foi combatida, por decisão do Supremo Tribunal Federal, o conceito de justiça salarial precisa ser fortalecido. Justiça salarial para nós é o fim da discriminação no tratamento salarial entre os diversos segmentos da Segurança Pública.

Queremos a suspensão da campanha de criminalização, a suspensão da inquisição que se abate contra aqueles praças que se mobilizaram pelo cumprimento da Lei n. 254. Querem excluir dezenas de policiais honestos, trabalhadores e honrados. Querem condenar centenas, querem punir milhares e querem humilhar todos para que não possamos nos organizar e reivindicar.

Nós queremos tratamento igual e maior serenidade na realização de cursos de formação e aperfeiçoamento. Queremos o fortalecimento da Segurança Pública, pois é uma necessidade social da mais alta importância, da mais alta gravidade, neste momento, como tem sido expressa, inclusive, aqui, neste plenário e nesta tribuna. Enfim, queremos justiça, direito de existir, de nos organizar e de continuar reivindicando melhores condições de trabalho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada de Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, deputada Ada De Luca, demais integrantes da Mesa, srs. deputados e sras. deputadas, retorno para falar sobre um assunto de suma importância. E para testemunhar o que estou falando, tenho a presença do ex-diretor do Instituto Estadual de Educação, dr. Luiz Antônio Grocoski, que foi um dos que, juntamente com outros dois diretores, no momento integravam a direção-geral do Instituto Estadual de Educação, o maior colégio do estado de Santa Catarina, onde fui convidada a ministrar a primeira aula inaugural para a implantação da minha lei do cursinho pré-vestibular gratuito para alunos carentes da rede pública.

Deixei o secretário Paulo Bauer muito otimista em uma das audiências públicas que ocorreram neste Poder. Até cobrei do secretário, e ele imediatamente resolveu implementar a nossa lei e torná-la ativa.

Se v.exas. quiserem consultar o *site* do Instituto Estadual de Educação, comprovarão a comemoração dos resultados obtidos no último vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina. E segundo a comissão permanente do vestibular, dos 817 alunos inscritos, 19,9% foram aprovados.

A nossa lei é de 2002, mas lutei muito, e ela foi implementada em 2007. E quero que v.exas. acompanhem no telão o crescimento extraordinário que houve, o avanço que tivemos. Esses alunos puderam ter um crescimento extraordinário, porque dos 817 alunos inscritos, 19,9% foram aprovados, apresentando um crescimento de 8,76% de 2001 até 2009.

Considerando as escolas da capital com um número semelhante de inscritos, como o Colégio Energia, que aprovou 23,2%, o Colégio Catarinense, que aprovou 23,67, e o Curso Tendência, que teve um percentual de aprovação de 18,27, a escola pública com 19,9% de aprovação ficou muito bem colocada, ressalta a diretora-geral, professora Gilda Mara Penha. E esse resultado se deve a um acompanhamento dos professores. Claro, que o Instituto escolheu, selecionou um corpo docente qualificado, para que houvesse esse resultado tão bom.

Então, quero parabenizar o IEE e quero que v.exas. também consultem o *site*. Ali no telão está a lei de autoria desta deputada. É a lei que iguala oportunidade de ingresso nas universidades; é justiça social; é a Lei n. 12.278, de 2008, que foi implementada. Essa lei foi aprovada e sancionada pelo governo do estado em 2002. E ali está a minha foto, na primeira aula inaugural, no Instituto de Educação. E quero dizer a v.exas. que ainda temos que implementar em todos os municípios essa grande conquista que não é só minha, mas também de v.exas.

Muito obrigada, sra. presidente, deputada Ada De Luca, pela oportunidade.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Peça a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Giancarlo Tomelin.

O SR. DEPUTADO GIANCARLO TOMELIN - Gostaria de registrar a presença do nosso ex-prefeito de Imaruí, Pedro Motta Roussenq, que faz uma visita à nossa Casa Legislativa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Seja bem-vindo, companheiro Pedro Motta Roussenq.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Peça a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Quero saudar e anunciar a presença nesta Casa da vereadora Tatiana, da cidade de Criciúma.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Seja bem-vinda vereadora Tatiana.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sra. presidente em exercício, deputada Ada De Luca, srs. deputados, sra. deputada, catarinenses que nos prestigiam através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, quero reportar-me aqui a uma decisão do Ministério Público de Santa Catarina, tomada pelo promotor de Justiça da Capital, Newton Henrique Trennepohl, que reconhece que a iniciativa do uso de escolas públicas como albergue é legal.

Eu quero reportar-me a este fato porque a imprensa catarinense, quando constatou ou recebeu a denúncia de um fato ocorrido na praia dos Ingleses, na Escola Básica Gentil Matias da Silva, fez um estardalhaço, colocando toda a questão da utilização dos prédios públicos escolares, tanto em nível de estado, como aconteceu, quanto em nível de município.

Este deputado, em comentários dias posteriores ou no mesmo dia, com algumas pessoas, dizia ser totalmente favorável, desde que seja de graça. Por quê? Porque o governo do estado de Santa Catarina e os demais governos de outros estados fazem propaganda, tanto que estamos vendo na mídia nacional todos os dias o governo da Bahia fazendo propaganda do turismo naquele estado. E aqui não é diferente, pois o vice-governador do estado, Leonel Pavan, que é conhecedor da área de turismo, juntamente com alguns deputados, já saíram por este país afora e pelo mundo afora a divulgar o estado de Santa Catarina.

Tudo bem, quer dizer que um jovem lá do oeste de Santa Catarina, que o pai é um agricultor, ou um cidadão comum que estuda num colégio estadual ou municipal, ao ser contemplado com um passelo para conhecer a capital, e a maioria não conhece, e não ter recursos para ficar numa pousada ou num hotel, já que o custo de vida na capital é elevado, por que não se abrigar num colégio estadual ou municipal, já que não estão sendo ocupados, estão ociosos?

Então, a imprensa divulgou em todos os níveis e jeitos como quis. Mas ontem saiu a decisão dizendo que é legal, porque existe a Lei n. 3.699/92, do município de Florianópolis especificamente, como também em todo o estado de Santa Catarina, nas escolas estaduais, onde o secretário Paulo Bauer foi em defesa da utilização das escolas, na época, porque era um caso que já vinha acontecendo por tantos e tantos anos. E ele não sabia, porque isso não é trato com o secretário de estado da Educação, mas mesmo assim avalizou por estar dentro da legalidade, da normalidade, enfim, com critérios que poderão utilizar as escolas, sim.

Assim, quanto à sentença proferida, ontem, pelo Ministério Público de Santa Catarina, a favor da prefeitura de Florianópolis, através do promotor de Justiça, dr. Newton Henrique Trennepohl, com o intuito de decidir essa situação, reitero que sou favorável e acredito que a maioria dos srs. deputados também sejam favoráveis.

Parabéns pela decisão! Tomara que a imprensa saiba reconhecer e dar a mesma divulgação, em nível de imprensa televisada, não com uma notinha pequena, como vi hoje a esse respeito! Mas de qualquer forma quero parabenizar.

Quero trazer a público aqui outra situação. Fui procurado pelo presidente da Acic, no mês de junho do ano passado, Adilson Ventura, juntamente com o Laércio Ventura, do Conede, e colocaram-me as dificuldades daquela entidade em se manter. Perguntaram se eu não faria uma proposta de emenda ao Orçamento da União para aquela entidade. Coloquei-me à disposição; fiz um ofício ao deputado federal Gervásio Silva solicitando o recurso de R\$ 150 mil para a Acic no Orçamento do governo da União. Para a satisfação deste deputado, de uma área de Santa Catarina que luto e que tantos lutam, recebi já o comunicado oficial de que o governo federal, através do Ministério de Combate à Fome do governo Lula, empenhou os R\$ 100 mil solicitados por este deputado, através do deputado federal Gervásio Silva, do PSDB, que será repassado à prefeitura de Florianópolis, com uma contrapartida de 20%.

Então, faço aqui esse reconhecimento, porque a Acic estava prevendo passar por dificuldades, e esses recursos serão aplicados na resolução dos problemas das pessoas com deficiência e de ações voltadas à prevenção, à saúde e à recuperação também de pessoas com deficiência visual.

Quero deixar de público o reconhecimento dado pelo ministério competente, o ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome, do governo Lula, que ao receber a solicitação do deputado Gervásio Silva, através deste deputado, contemplou-a, pois é uma ação de governo que tem que ser feita.

Também quero parabenizar o presidente da Câmara Municipal de Itajaí, que dotou aquela obra, junto com o prefeito Jandir Bellini, de uma adaptação para receber o Marcelo Werner, que é também vereador daquela cidade, deficiente visual desde os 16 anos, que se elegeu pelo PCdoB com 1.909 votos. Parabéns ao presidente e ao prefeito de Itajaí, por terem dado condições de ele ser um legislador dentro daquilo que norteia a lei da sensibilidade, a lei das pessoas com deficiência.

Faço o meu reconhecimento a todos, ao presidente da Casa e ao prefeito Jandir Bellini, nesta composição.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ada De Luca) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Antônio Aguiar, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Boa-tarde, sra. presidente, deputada Ada De Luca, e catarinenses! Gostariamos de saudar o povo catarinense, falando um pouquinho sobre o Poder Judiciário.

Quero parabenizar o dr. Varella, que assumiu o lugar do dr. João Rodrigues de Oliveira, ex-presidente do Tribunal. O dr. Varella foi empossado na sexta-feira. Os nossos parabéns ao Poder Judiciário, por trazer um novo presidente com a competência igual a do anterior.

Nós gostaríamos de dizer ao povo catarinense que a secretaria de Segurança Pública, no nome de Ronaldo Benedet, tem feito um grande trabalho no planalto norte, um trabalho muito importante. Iniciou com a construção de uma unidade regional da Delegacia Regional de Canoinhas, uma obra muito importante para os canoinhenses.

Depois, tivemos o início da construção de uma unidade prisional no município de Canoinhas, que vai abrigar mais de 70 presos. Isso significa que nós teremos, no município de Canoinhas, mais segurança pública.

Queremos também dizer ao povo catarinense que a secretaria de Segurança Pública fez com que um batalhão de bombeiros fosse instalado na nossa cidade. Com a criação dessa unidade, Canoinhas hoje possui um Batalhão de Bombeiros.

Nós também temos na nossa grande unidade judiciária a Terceira Vara, que foi criada no ano passado no município de Canoinhas.

Também, no ano passado, o secretário de Segurança Pública, Ronaldo Benedet, fez com que houvesse a doação do terreno da Polícia Militar para construirmos o grande fórum da cidade de Canoinhas. Os trabalhos já estão sendo iniciados, com a liberação de R\$ 700 mil este ano para o início da licitação e da construção do fórum do município de Canoinhas.



Temos também a criação do curso de policiais militares. Esse curso normalmente é feito na cidade de Florianópolis, mas foi feito na cidade de Canoinhas, fazendo com que a descentralização realmente ocorra em todos os níveis. O curso de policiais militares na cidade de Canoinhas teve a sua formatura no mês anterior, e formaram-se 27 policiais militares para trabalhar no planalto norte.

Em termos de segurança pública, estamos, sim, com um grande trabalho da secretaria de Segurança Pública. Com respeito ao envio de viaturas, no ano passado foram enviadas mais de 15 viaturas só para a SDR de Canoinhas. Isso significa que o planalto norte está sendo bem assistido em termos de segurança pública.

Tudo isso faz com que o trabalho do governador Luiz Henrique da Silveira seja visto pela população e por Santa Catarina. Mas eu gostaria também de abordar um tema muito importante, o trânsito no estado de Santa Catarina. E nesta semana, mais precisamente ontem, tivemos mais uma vítima na cidade de Canoinhas, o filho do vice-prefeito Beto Faria, que sofreu um acidente automobilístico na BR-116 quando se dirigia à cidade de Curitiba para fazer com que os seus estudos fossem concluídos. Nessa viagem fatídica faleceu o seu filho. Beto Faria, o nosso vice-prefeito de Canoinhas, teve a morte do seu filho, Felipe Faria. Felipe Faria era também amigo do meu filho, e por coincidência os dois vieram a falecer vítimas de acidente de trânsito. Não só porque nós, como pais, sentimos na carne a perda de um ente querido, mas por todas as outras pessoas que venham a falecer no estado de Santa Catarina vítimas de acidente de trânsito, é preciso que tenhamos, sim, mais cuidado com o nosso trânsito no estado de Santa Catarina.

Para isso nós temos que cumprir mais as leis. As leis existem para serem cumpridas. Temos que fazer com que o nosso trânsito flua com mais segurança, que o nosso trânsito seja mais fiscalizado para que haja uma diminuição no número de acidentes, de mortes na BR-101 e na BR-116, onde aconteceram esses dois acidentes fatídicos, mais presentes ultimamente na nossa cidade de Canoinhas.

Gostaria também de falar hoje sobre a crise financeira que acomete o mundo. E nós, de Canoinhas, também fomos penalizados pela crise, com a restrição da instalação da Aurora em nossa cidade.

Vimos aqui hoje pedir para que o seu presidente, Mário Lanzauster, faça de tudo para que os investimentos da Aurora reiniciem na cidade de Canoinhas o mais breve possível. E temos muitos motivos para pedir o investimento da Aurora na cidade de Canoinhas, no planalto norte. Um dos motivos é a abertura do mercado de frango, que está aberto na China, que está aberto no Japão, que está aberto no Mercosul e que está aberto na Europa, no mercado comum europeu.

Então, com a abertura desse mercado, temos a certeza de que os investimentos serão possíveis, até porque a Tyson Foods, uma empresa agroindustrial, comprou a Avita, no município de Itaiópolis, fazendo com que essa empresa já prospere nesse município. Desde já quero parabenizar o município de Itaiópolis pela prosperidade dessa empresa.

Estivemos em Itaiópolis no ano passado com o governador Luiz Henrique da Silveira inaugurando o acesso asfáltico para essa empresa. Temos certeza de que Itaiópolis não será mais a mesma, terá crescimento e desenvolvimento, como já está tendo, com o novo prefeito que assumiu a cidade de Itaiópolis. O prefeito Enio Frederico Cesconeto, sem dúvida, com a ajuda do vice-prefeito, está fazendo um grande trabalho para recuperar o município, fazendo com que a cidade continue crescendo e desenvolvendo-se.

Nós precisamos fazer, neste momento, com que o planalto norte sintase prestigiado pela empresa Aurora, para que essa empresa não retarde os investimentos nessa região.

Hoje, convidamos o nobre deputado Elizeu Mattos para usar a tribuna nos minutos que restam do horário destinado ao nosso partido, o PMDB.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Sr. deputado Antônio Aguiar, quero cumprimentar v.exa. pela preocupação que tem com todo o estado de Santa Catarina, especialmente com o planalto norte.

Tenho certeza de que a Aurora vai significar uma grande alavanca de desenvolvimento para Mafra, Canoinhas, Itaiópolis e para toda aquela grande região. E as portas estão abertas. Todos estão aterrorizados com essa crise, mas ela é, sim, uma grande oportunidade para o mundo fazer uma reflexão e para nós, dos países emergentes, criarmos novas oportunidades de mercado.

Parabéns!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Ainda dentro do horário do PMDB, com a palavra o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, sras deputadas e srs. deputados, antes de iniciar a minha fala, quero registrar aqui a visita de vereadores, amigos nossos lá do município de Campo Belo do Sul: o vereador Edemar Alberto Pletsch, o vereador Ademir da Guia Martins e o vereador Ivo Tadeu Antunes de Oliveira, que visitam hoje este Parlamento e que acompanham a nossa sessão, aprendendo um pouco conosco, já que são vereadores novos de uma legislatura nova lá naquele município.

Nós, como parlamentares da serra catarinenses, damos as boas-vindas aos parlamentares municipais de Campo Belo do Sul.

Eu acompanhei dois pronunciamentos, duas situações colocadas hoje, nesta tribuna. Acompanhei atentamente, deputada Professora Odete de Jesus, o pronunciamento do líder do PP, deputado Silvío Dreveck, sobre a questão da recuperação dos presídios, deputado Jean Kuhlmann.

Para esta Casa é bom o debate, deputado Adherbal Deba Cabral; é bom que nós possamos debater a questão prisional não somente de Santa Catarina, mas do país. Quando apresentamos e falamos da questão prisional, parece, às vezes, para quem está assistindo, que o único estado que tem problema é Santa Catarina, e que os demais estados já resolveram todas as questões, têm vagas sobrando, penitenciárias de recuperação, o que não é verdade. Os problemas prisionais existem em todo Brasil.

Dias atrás nós fizemos um debate aqui na TVAL e conversávamos sobre essa questão, a superlotação, um amontoado de gente, a não-recuperação do cidadão, que chega lá amador e às vezes sai profissional.

Mas temos que fazer justiça aqui e reconhecer o grande esforço do governador Luiz Henrique da Silveira nessa questão. E hoje foi apresentado aqui que o estado não conseguiu gastar o dinheiro, que o estado não gastou o dinheiro, que tinha o dinheiro orçamentário, mas não gastou. Porém, não foi explicado por que ele não gastou. O governador Luiz Henrique da Silveira nunca falou, nem os secretários da Justiça e da Segurança, que estava faltando dinheiro para fazer presídios. Nunca foi falado isso, deputado Kennedy Nunes e deputado Silvío Dreveck.

O que há, sim, é um receio muito grande das comunidades, dos prefeitos em ter um presídio em sua cidade. Deputado Silvío Dreveck, é salutar o debate; precisamos fazê-lo, pois é uma questão crucial, é um problema que vivemos no nosso estado e no Brasil, no dia-a-dia. Mas o seu colega, aquele que cobra a superlotação do sistema prisional, é o mesmo que proíbe a construção do presídio no interior ou na cidade. Isso tem acontecido no estado de Santa Catarina.

Mas há de se reconhecer o esforço do governador Luiz Henrique, que dobrou o número de vagas nos presídios, que aumentou significativamente a contratação de agentes prisionais em Santa Catarina e que investiu muito em segurança. Tanto que antes do governo de Luiz Henrique, deputado Renato Hinnig, havia em torno de 6 mil apenados no estado, e com a ação enérgica da polícia, com o investimento na nossa polícia e na Segurança Pública, em seis anos de governo, dobrou o número de apenados.

Mas como? Se em toda uma história havia 6 mil apenados, como de uma hora para outra aumentou? Será que as pessoas cometeram mais crimes, ou será que a polícia agiu com mais eficiência para prender mais pessoas, aumentando o número de pessoas dentro dos presídios?

Porém, o nosso estado existe há mais de um século, e há mais de um século existe um número "x" de vagas nos presídios. Um século de existência, deputado Kennedy Nunes, e nos seis anos de governo do Luiz Henrique da Silveira dobrou aquilo que uma história toda do passado construiu, está-se conseguindo dobrar aquilo que nós tínhamos de vagas.

Agora, temos, sim, que fazer uma corrente, um debate com o Ministério Público, com o Poder Judiciário, porque muitos dos que estão nos presídios já poderiam estar fora de lá, já cumpriram a pena e estão ocupando vaga.

Nós, políticos, deputados, o governo, os secretários, devíamos fazer uma ação com os prefeitos e os vereadores de conscientização, porque os presídios são necessários. Se não houver presídio, não há onde colocar o apenado, aquele que cometeu o crime. O presídio não é um bicho de sete cabeças, o governo quer construir, mas ninguém quer. Todo mundo critica, mas ninguém quer perto de si, ninguém quer no seu município, ninguém quer na sua cidade. É preciso haver uma conscientização ou talvez uma compensação, como foi proposto aqui, de uma lei, se não estou enganado, pelo nosso amigo, deputado Cesar Souza Júnior.

Por isso, entrei neste debate e acho interessante este assunto vir a este Parlamento. É um assunto que nós temos que debater. Agora, não pode simplesmente o Ministério Público achar só defeito. Quem acha o defeito também tem que achar o caminho da solução e ajudar a fazê-la

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Eu gostaria de parabenizá-lo pelo pronunciamento, porque sabemos como é difícil construir um presídio, uma penitenciária em nosso estado e no Brasil. Na cidade de Itajaí, estamos procurando construir a penitenciária há mais de cinco anos e estamos procurando um terreno para finalmente começar a construção.

Queremos também parabenizar o secretário Ronaldo Benedet e o secretário Justiniano Pedroso, por esse trabalho árduo que está sendo feito na área de segurança em Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Isso vem comprovar aquilo que estou falando aqui. Tenho certeza de que em Navegantes, em momento algum, o governador Luiz Henrique da Silveira, o vice-governador Leonel Pavan, o secretário Ronaldo Benedet e o secretário Justiniano Pedroso foram dizer a v.exa.: "Segure o presídio que nós não temos dinheiro". Pelo contrário! Disseram: "Ajude-nos que nós temos dinheiro. Agora, a comunidade tem que nos deixar construir". E, às vezes, aquele que cobra no Ministério Público que falta espaço é o mesmo que tranca lá na ponta, dizendo que lá não pode ser construído o presídio.

Quero ainda falar, num outro momento, um pouco sobre o nosso PMDB de guerra, sobre a história do nosso partido. Ontem, eu ia fazer uso da palavra, mas cedi o meu tempo ao deputado Edison Andriano, que fez um brilhante pronunciamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Adherbal Deba Cabral.

O SR. DEPUTADO ADHERBAL DEBA CABRAL - Eu gostaria de registrar a presença, nesta Casa, dos membros da Associação dos Desabrigados do Morro do Baú. Gostaria de pedir ao sr. presidente, ao governador do estado e aos secretários que agilizem a liberação daqueles recursos que os desabrigados do Morro do Baú estão esperando.

Quero também registrar a presença do ex-prefeito Domingos Régis e sua comitiva de Navegantes, que estão-nos visitando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica ao plenário o Ato n. 0001/09, que designa, de acordo com o art. 25, § 65, inciso III, letra "a" do Regimento Interno, a constituição de todas as comissões técnicas, previamente conhecidas de cada bancada.

A partir deste momento os srs. deputados poderão fazer a eleição do presidente e do vice-presidente.

Comunica também o Ato n. 0002/09, da comissão de Ética e Decoro Parlamentar, que define os seus componentes: deputados Jean Kuhlmann, Serafim Venzon, Pedro Baldissera, Kennedy Nunes, Joares Ponticelli, Antônio Aguiar, Manoel Mota, Romildo Tilton e deputada Professora Odete de Jesus.

A Presidência comunica ainda que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s.: 0022/2009, de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves; 0023/2009, de autoria do sr. deputado Renato Hinnig; 0024/2009, de autoria do deputado Genésio Goulart; 0025/2009, de autoria do deputado Pedro Baldissera; 0026/2009, de autoria do deputado Pedro Uczai; 0027/2009, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0028/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0030/2009, de autoria do deputado Edison Andriano, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do deputado Marcos Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e presidentes das Câmaras de Vereadores de: Palmitos, Morro Grande, Macieira, Rodeio, São Cristóvão do Sul, Sangão, Florianópolis, Dionísio Cerqueira, Coronel Martins, Gaspar, Arabutã, Bom Jardim da Serra, Ipuçu, Indaial, Ibirama, Jardinópolis, Joinville, Turvo, São José, São João do Itaperiú, Ponte Alta do Norte, Bombinhas, Caçador Campo Alegre, Campos Novos, Capivari de Baixo, Catanduvas, Cordilheira Alta, Videira, Vargem Bonita e Anchieta, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao desembargador João Eduardo Souza Varella, cumprimentando-o pela posse no cargo de presidente do Tribunal de Justiça do estado de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem de pesar à família do sr. Geovah Amarante pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Fecomércio, cumprimentando-o pela posse no cargo daquela entidade.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao desembargador João Eduardo Souza Varella, cumprimentando-o pela posse no cargo de presidente do Tribunal de Justiça do estado.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao desembargador Rodrigo Collaço, cumprimentando-o pela nomeação no cargo de desembargador substituto do Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao juiz Paulo Ricardo Bruschi, cumprimentando-o pela posse no cargo de presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina, cumprimentando-o pela passagem do Dia do Repórter.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Dagomar Carneiro, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara de Vereadores de Tangará, cumprimentando-o pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem de pesar à família da sra. Lúcia Beckert, pelo seu falecimento.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar, a ser enviada ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense e ao presidente da Câmara dos Deputados, pedindo urgência na tramitação do Projeto de Lei n. 7703/2006.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao prefeito de Florianópolis, pedindo providências para que seja possibilitado aos estudantes matriculados no Curso Pré-Vestibular Comunitário Gratuito Floripa acesso ao passe escolar no transporte coletivo de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Adherbal Deba Cabral, a ser enviado à direção da Celesc, solicitando informações sobre a data de início das obras de construção da subestação no município de Navegantes.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública e ao comandante-geral da Polícia Militar, solicitando informações sobre policiais militares vinculados ao serviço público estadual que estão sendo submetidos à inquérito policial militar, processo administrativo disciplinar e/ou conselho de disciplina por terem participado de ações de caráter reivindicatório.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Sargento Amauri Soares, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública e ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar do estado, solicitando informações sobre os bombeiros militares vinculados ao serviço público estadual indiciados em inquérito policial militar, processo administrativo disciplinar e/ou conselho de disciplina, por terem participado de ações de caráter reivindicatório.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, já foi votado, infelizmente estávamos aqui discutindo com outros parlamentares, um assunto de extrema importância e passou despercebido. Todavia, quero registrar o meu voto contrário à Moção n. 0010/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar, referente à questão do ato médico.

Meu voto é contrário, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Registrado o voto de v.exa.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Na mesma direção, presidente, acompanho o voto da deputada Ana Paula Lima.

Em segundo lugar, gostaria de fazer o registro da presença em nossa Casa do ex-deputado Francisco de Assis, o Chiquinho de Assis, que teve dois mandatos neste Parlamento, juntamente com um empresário de Itapema, que nos visitam neste momento.

Queremos dar as boas-vindas aos companheiros ao Parlamento catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Está feito o registro do voto contrário à moção e o registro da presença do ex-deputado Francisco de Assis, que tive o prazer de atender em meu gabinete, acompanhado do nosso segundo vice-presidente, deputado Jailson Lima.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, gostaria apenas de comunicar que os membros da comissão de Agricultura reuniram-se neste plenário e definiram que eu serei o presidente, tendo o deputado Reno Caramori como vice-presidente.

Portanto, comunico que a comissão de Agricultura já fez a eleição e a escolha do presidente e do vice-presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Muito obrigado e meus cumprimentos a v.exa.

Dessa forma, todos os demais deputados estão cumprindo o que diz o Regimento Interno, que determina como prazo máximo o dia de ontem. Hoje foi feito o sorteio e hoje está sendo feita a instalação de todas as comissões.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Obrigado, sr. presidente.

Reafirmo que a nossa bancada, também no dia de ontem, apresentou a lista em tempo hábil com a nossa posição nas comissões.

Eu quero pedir a retirada do meu apoio à Moção n. 0010/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Está feito o registro também de v.exa.

Não havendo mais matéria na pauta da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito o deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, visitantes que nos dão a honra de prestigiar o Parlamento catarinense na tarde de hoje, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, nós gostaríamos de falar sobre um evento que acontece em Santa Catarina, no qual estará presente o Brasil inteiro e que ocorrerá em Araranguá, nos dias 26, 27 e 28.

Araranguá vai receber e terá a honra de poder receber pessoas do Brasil inteiro dos CTGs, do MTG e da confederação brasileira da mesma área. Refiro-me ao Rodeio Nacional dos Campeões. O Brasil disputou 13 rodeios nacionais dos campeões e Santa Catarina foi 11 vezes campeão. Nós temos os melhores laçadores do Brasil em Santa Catarina.

É um orgulho para nós, catarinenses, sabermos que a tradição gaúcha em Santa Catarina dá um banho de organização, de trabalho e de laço! E por isso nós vamos realizar o Rodeio dos Campeões.

O Rodeio Nacional dos Campeões representa para os tradicionalistas o mesmo que a Copa do Mundo do futebol. Os melhores do Brasil inteiro vão disputar. E imaginem a festa! Mais de dez mil pessoas de vários estados visitarão Araranguá e, com certeza, mais de 50 mil da própria região.

É uma festa para a qual Santa Catarina vem-se preparando há anos, lutando para conseguir realizar o Rodeio Nacional dos Campeões. E graças a Deus nós conseguimos e será realizado no CTG Crioulos do Caverá, que tem uma estrutura extraordinária. A abertura será no dia 26 e será uma festa linda, extraordinária. V.Exas. façam idéia do que significa para Santa Catarina esse evento, considerando que temos mais de 450 CTGs no estado, os quais estarão todos presentes!

Eu quero convidar, com muita honra, os parlamentares de Santa Catarina e aquelas pessoas ligadas ao tradicionalismo de todas as regiões, para participar, pois terão a oportunidade de acompanhar e ver de perto a maior festa que o Brasil proporciona na categoria dos tradicionalistas.

Por isso, estamos preparando esse grande momento no Caverá Park. O Rodeio Nacional dos Campões, no CTG Crioulos do Caverá, receberá simpatizantes de Roraima ao Rio Grande do Sul, uma vez que todos os estados confirmaram a sua participação em Araranguá.

Então, evidentemente, quero fazer o convite a todos os deputados que gostam e são ligados ao tradicionalismo para irem a Araranguá, porque será uma honra recebê-los. Será uma festa extraordinária, que dura de três a quatro dias. Estaremos aguardando v.exas. e toda a população de Santa Catarina ligada à tradição. Vocês verão uma festa muito linda!

Nós temos comemorado muitas festas, porque somos 11 vezes campeões do Brasil, mas nunca foi em Santa Catarina. Agora, sim, será em Santa Catarina! Eu tenho convicção de que será um sucesso em função da organização montada, que tem o apoio evidente do governo do estado, porque não seria possível realizar o evento sem o apoio do governo do estado de Santa Catarina, que vem apoiando os grandes eventos.

Nós temos esse grande evento que inicia neste dia 26, e teremos outro grande evento com a participação de mais de 150 mil pessoas.

Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero ouvir v.exa., que com certeza vai contribuir com o meu pronunciamento, para dizer que o país se reúne através da tradição em Santa Catarina, em Araranguá. É com muita honra que eu ouço v.exa.

O Sr. Deputado Giancarlo Tomelin - Quero contribuir com v.exa. e dizer da importância do tradicionalismo. Eu também tenho uma ligação com os tradicionalistas, pois na região de Lages o tradicionalismo é muito forte na cultura.

Quero parabenizá-lo e dizer que Santa Catarina está de parabéns quando apóia os tradicionalistas, que representam o sentimento da alma da pessoa, o sentimento de valorizar a sua tradição, a sua raiz. E esse sentimento está retratado num velho poema gaúcho: "O homem não é como o pasto que nasce de uma semente. Eu tive mãe, certamente, e pai tive também". É muito longo esse poema, mas quero parabenizá-lo e consorciar a sua proposta e dizer que o MTG está de parabéns quando apóia o tradicionalismo.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço a v.exa. o seu aparte e o incorporo ao meu pronunciamento.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Com certeza, deputado Manoel Mota, quero desejar a v.exa. e a todos os tradicionalistas que o evento seja repleto de êxito.

Do tradicionalismo eu não participo muito, mas o conheço. O meu município de São José foi um dos pioneiros, depois da região de Lages, e campeão brasileiro de rodeios de montaria e outras coisas. Realmente é uma festa bonita e quem não tem outro compromisso, vá assistir ao rodeio, porque é uma festa de família, aonde você vai com a esposa, com os filhos adultos, com as crianças. Enfim, é uma festa voltada para a família.

Por isso que o tradicionalismo é forte e continua forte em Santa Catarina, porque ninguém é discriminado, participa quem quer. Muitos jovens que já foram nesses rodeios gostavam de rock, inclusive tenho na família parentes que gostavam de rock e hoje são tradicionalistas, cantam músicas tradicionalistas, já gravaram até CD, e vai por aí fora.

Todo sucesso ao evento dos senhores na região!

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Obrigado, deputado José Natal, e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

Quero convidar o eminente presidente da Casa, deputado Jorginho Mello, para visitar Araranguá no dia 26 nessa festa fantástica organizada pelos CTGs de Santa Catarina, através do CTG Crioulos do Caverá, pelo MTG de Santa Catarina, pela Confederação Brasileira. Enfim, todos estão em Araranguá organizando esse grande evento. E eu tenho convicção de que será a maior festa da tradição de todo o Brasil que será realizada agora, porque está muito bonita e foi bem organizada.

Nós estamos aguardando todas as pessoas ligadas à tradição de Santa Catarina, enfim, de todo o Brasil, para que possamos proporcionar aqueles que vêm ao nosso estado carinho e muito afeto, para que se sintam em casa e possam comemorar esse grande momento que é o XIV Rodeio Nacional dos Campeões.

Nós somos o estado campeão onze vezes desse rodeio, pois quase todos os títulos estão aqui. Então, o nosso estado tem os melhores laçadores do Brasil. Por isso essa será a maior festa do país a ser realizada a partir do dia 26 deste mês, até o dia 28.

Então, convido todos para comemorarmos junto com a tradição, com essa cultura extraordinária, onde não se vê...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, eu só quero anunciar a presença da vereadora Thiatiane Teixeira, da minha cidade de Criciúma, que está visitando o Parlamento catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jorginho Mello) - Acrescemos a manifestação de v. exa. quanto à presença, nesta Casa, da referida vereadora que já foi saudada com carinho, pelo respeito que este Parlamento tem por ela.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero cumprimentar todos os nossos presidentes e dirigentes das comissões que estão sendo compostas, articuladas e construídas, pelo fato de cumprirmos o prazo que tínhamos dado no acordo de lideranças para a constituição das mesmas, que é o dia de hoje.

Quero parabenizar e cumprimentar todos e dizer que, como líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, apresentamos, ontem à tarde, toda a nominata dos seis deputados que irão participar das diversas comissões, destacando também que a nossa bancada vem contribuindo e se esforçando ao máximo para fazer jus ao seu mandato, à sua eleição, pela responsabilidade que assumiu no momento em que os deputados foram vitoriosos e que hoje têm também essa responsabilidade de ajudar a conduzir os destinos do nosso estado no Legislativo, através dos projetos e das leis.

Enfim, quero cumprimentar todos os deputados que vão assumir presidências de comissões, o companheiro deputado Jailson Lima, que está fazendo o seu trabalho na Mesa Diretora desta Casa, e demais deputados que vão assumir presidências de comissões, como a deputada Ana Paula Lima e os deputados Pedro Uczai, Décio Góes e Pedro Baldissera, que estarão assumindo presidências de comissões em nome da nossa bancada.

Quero dizer também a todas as deputadas e deputados desta Casa, a todos que nos estão visitando hoje, aos nossos telespectadores da TVAL que o Brasil vive, com certeza, um grande momento, mesmo se falando aqui de crises, de problemas que o mundo enfrenta, mas estamos vivendo um momento extremamente importante.

Eu estive conversando, nos últimos dias, com várias lideranças e, acompanhando toda a divulgação dos meios de comunicação do nosso governo, cheguei à conclusão de que podemos dizer, com muita segurança, que o Brasil de fato está numa outra situação, está numa situação extremamente segura ao conduzir os rumos do futuro deste país.

Estive conversando também com o presidente da Eletrosul, com o nosso grande dirigente Mescolotto, o qual nos dizia que hoje a segurança que o Brasil tem em termos de energia, de futuro energético, na produção de energia, está baseada nas nossas estatais que estão investindo pesado, claro com o aval do governo, com o recurso do PAC, para justamente garantir que o nosso país continue produzindo energia.

E nós recebemos a notícia, srs. deputados, de que o presidente Lula estará aqui no estado no dia 27 inaugurando o primeiro cabo submarino do país construído por uma empresa estatal, por uma empresa pública, que é a nossa Eletrosul.

Então, essa mudança de rumo é muito importante para o Brasil. E eu quero deixar muito claro que o nosso governo não está dando continuidade a um projeto iniciado pelo governo passado, porque ele não tinha como estratégia fortalecer as nossas empresas públicas e as estatais, como o nosso Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal hoje; o governo passado não tinha como estratégia fortalecer o papel de uma empresa pública, de um banco público e continuar investindo no país. E essa é a grande diferença do nosso governo que hoje tem condições de intervir no processo de desenvolvimento da economia e fazer o Brasil andar. Mesmo com crise lá fora, nós estamos numa condição importante.

Então, o presidente Lula estará aqui inaugurando o cabo submarino que traz energia para Florianópolis, como também vai inaugurar a BR-282, que é uma das grandes obras que Santa Catarina necessita. E hoje pela manhã eu estive conversando com o superintendente do DNIT, o engenheiro João José, e em breve, até a metade do ano, toda a BR-282 estará completamente recuperada.

Essa é uma novidade para Santa Catarina, pois desde que me conheço por gente tráfego na BR-282 e em grandes trechos sempre havia problemas gravíssimos de tráfego, mas hoje temos uma BR totalmente recuperada. Só de Chapecó a São Miguel d'Oeste serão mais de 30 quilômetros de pista dupla.

Enfim, é uma grande mudança e estamos discutindo a duplicação de Chapecó até o trevo de Irani, pois são obras importantes nas quais foi feito um investimento estratégico por parte do nosso governo, para fazer este país crescer.

O Sr. Deputado Décio Góes - V. Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado, apenas quero dizer que esse investimento em infra-estrutura do governo federal não só ocorre em direção ao oeste catarinense, como também por toda Santa Catarina. E na região sul nós, que temos viajado quase que semanalmente e, nos últimos dias, quase que diariamente pela BR-101, percebemos a duplicação produzindo seus efeitos não só na obra, como no planejamento em novos investimentos, em que setores empresariais estão-se motivando porque terão infra-estrutura não só na BR, como também nos portos, nos aeroportos, nas escolas técnicas. Isso tudo cria um ambiente de desenvolvimento muito favorável.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento, deputado.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Muito obrigado, deputado Décio Góes.

Nós temos ainda grandes críticas a fazer à BR-101, sentido sul, mas temos alguns problemas sérios também como o túnel no Morro dos Cavalos e em outras obras há problemas de licença ambiental. Então, é preciso ter todo um cuidado para não fazer uma obra que depois apresente problema.

Assim sendo, a BR-101 está andando, está-se desenvolvendo e vai avançar ao máximo e, quem sabe, somente alguns trechos pequenos sejam concluídos mais tarde.

Mas, falando de Brasil, também temos tido, deputada Professora Odete de Jesus, grandes novidades na área do Judiciário: a cassação do governador Cássio Cunha Lima pelo Tribunal Superior Eleitoral.

De fato quem usa a máquina pública para se beneficiar tem que ser punido, e temos vários na lista. Eu sempre defendi que quem faz ações contra a lei e faz uso da máquina pública tem que ser punido.

Então, essa atitude de o próprio Judiciário ser mais severo nas punições nos ajuda a construir um país, com certeza, diferente.

Concordo com tudo que o deputado Pedro Uczai disse, ontem, na tribuna quanto ao fato de que nós precisamos de fato de uma profunda reforma política, pois isso é necessário. E vamos trabalhar muito, o nosso partido, o nosso governo, para fazer duas grandes reformas: a reforma política e a reforma tributária, que o Brasil tanto precisa. E agora os nossos empresários de Santa Catarina estão-se queixando quanto ao fato de o Rio Grande do Sul ter aumentado por decreto o ICMS para os produtos de Santa Catarina irem para aquele estado.

Então, há necessidade de ser feita a reforma tributária e, principalmente, a reforma política. O próprio Congresso Nacional também avançou na transparência de colocar à disposição os seus gastos para a sociedade, a fim de ela poder acompanhar.

Enfim, estamos avançando na própria disposição da aplicação do dinheiro público, seja no governo federal, seja nos estados. E com certeza em Santa Catarina também precisaremos avançar nesse sentido, seja nesta Assembléia Legislativa ou em nível de governo de estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Décio Góes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, está tudo encaminhado para ser instalada a comissão de Turismo e Meio Ambiente, mas há um impasse que precisa ser resolvido. O deputado Marcos Vieira, do PSDB, está reivindicando a vice-presidência da comissão e o PMDB está reivindicando continuar na vice-presidência, que antes era do deputado Edson Piriquito.

Então, nós precisamos resolver esse impasse entre o PMDB e o PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Só quero informar a v. exa. que anteriormente este deputado, presidente, o deputado Marcos Vieira e o deputado Pedro Uczai conversaram para tentar resolver esse impasse.

Então, pedimos à referida comissão que chegue a um consenso, para que possam ser indicados os membros.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente.

Também gostaria de informar à Mesa Diretora e a todos os parlamentares que a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher reuniu-se e ficou composta pelos seguintes membros: esta deputada, a deputada Professora Odete de Jesus, os deputados Cesar Souza Júnior, José Natal, Genésio Goulart, Rogério Mendonça e Kennedy Nunes. Eu tive o prazer de ser eleita presidente dessa comissão, tendo como vice-presidente o deputado Kennedy Nunes.

Então, está instalada a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Parabéns à comissão e parabéns à deputada pela presidência na referida comissão.

A Sra. Deputada Professora Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Professora Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, também nos reunimos com os integrantes da comissão de Legislação Participativa, que estava sob a presidência do deputado Jailson Lima, que foi para a secretaria da Mesa Diretora. Então eu, que era vice-presidente dessa comissão, fui eleita pelo voto dos integrantes como presidenta da mesma, tendo como vice o deputado Nilson Gonçalves. Os demais integrantes são os deputados Genésio Goulart, Julio Garcia, Pedro Baldissera, Herneus de Nadal e Lício Mauro da Silveira.

Assim sendo, a comissão está instalada, já tem uma nova presidenta, esta deputada, e temos aqui uma equipe muito conceituada que fará, com certeza, um trabalho muito bom nas Câmaras de Vereadores dos 293 municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Parabéns, deputada, pela presidência na comissão, e desejamos um bom trabalho.

Assim, então, as comissões estão sendo compostas para o andamento dos trabalhos desta Casa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, ontem eu estava inscrito para falar e acabei, devido a um pedido do deputado Edison Andrino, trocando e cedendo o meu horário a ele. Mas eu ia falar um pouco do MDB, e eu já sei que quem vier depois de mim se preocupará com o nosso partido.

Eu agradeço, deputado José Natal, a preocupação de v.exa. com o PMDB, pela história que tem o nosso partido, pelo que fez por este país, pelo momento que vivemos, por termos hoje um trabalhador presidente da República, porque existiu o MDB. Mas espero que o pronunciamento que virá depois, que eu já sei, seja um pronunciamento preocupado, sim, com os caminhos do Brasil, com a história do Brasil, mas que não seja pejorativo.

Enfim, agradecemos ao deputado Silvio Dreveck, que hoje levantou a questão do PMDB, pela sua preocupação com o nosso partido, até pela história que tem o PMDB.

Mas dias atrás, deputado José Natal, eu estive no município de Correia Pinto participando de um curso de formação política organizado pelo PMDB, curso esse que estamos realizando em todo o estado de Santa Catarina, e nessa ocasião eu fiz uma pergunta.

Deveria ter 300 pessoas, 400 pessoas, deputado José Natal, naquele evento, que parecia mais uma formatura de faculdade, lá em Correia Pinto, do que uma formatura de um curso de Formação Política, de um partido político. Até fiz uma pergunta aos participantes na minha fala. Perguntei se o MDB faz parte da história do Brasil. E repeti essa pergunta várias vezes, sobre o nosso MDB, se o MDB faz parte da história do Brasil. E todos, deputado Edson Andrino, responderam que o MDB faz parte da história do Brasil.

Eu não concordei com a resposta que os participantes, lá em Correia Pinto, proferiram. Perguntei de novo: "O PMDB faz parte da história do Brasil?" Responderam: "Sim, deputado, o PMDB faz parte da história do Brasil." E mais uma vez eu discordei, quando um cidadão perguntou: "Mas por que, se o senhor está discursando num evento do MDB?" Eu disse: "Eu vou mais longe. A história do Brasil mais recente passa pelo MDB, a história do Brasil mais recente passa pelo MDB! E isso é muito mais do que fazer parte de uma história do país".

Esse MDB que às vezes as pessoas falam, porque todo mundo gosta de falar, de meter o bedelho nesse MDB, mas é por causa desse MDB que um trabalhador é presidente da República; é por causa desse MDB que houve a eleição direta; é por causa desse PMDB que o Edison Andrino pôde se candidatar a prefeito de Florianópolis, bem como o Professor Grando, com a eleição direta; por causa desse MDB tivemos uma nova Constituição; por causa desse MDB muita gente tem a oportunidade que tem hoje de escrever. Essa liberdade de imprensa é por causa desse MDB.

Falar do MDB, do PMDB, não é tão fácil assim. Talvez na minha história bem pouquinho no MDB - e fui novo para Brasília - conheci o Andrino, lá em Brasília; conheci grandes líderes, como o Dirceu Carneiro, do MDB; conheci Luiz Henrique; conheci na época Mário Covas, Fernando Henrique, que era do MDB. Todos eram do MDB.

Hoje se ocupa uma tribuna e fala-se do MDB como se ele nada fosse para este país e não tivesse feito a história deste país. Por isso, deputado Edison Andrino, ocupo esta tribuna, em nome de nosso partido, para dizer que quando falarem do partido, do MDB, que olhem primeiro a história dos partidos aos quais pertencemos. Será que o partido, e vou falar no meu, não vou falar em outro, vou falar no nosso partido, no partido ao qual pertencem, será que esse partido tem defeitos? Tem, tem defeitos, por isso não vou falar do partido dos outros.

Agora, para falar do MDB, antes tem que olhar a história do partido ao qual pertence. É muito difícil falar e criticar o nosso MDB. Tem a ver com a nossa história, com a história de Luiz Henrique, na época, de Dirceu Carneiro, Edison Andrino, Teotônio, Ulysses Guimarães. É a história do PT, deputado Pedro Uczai, que nasceu do MDB, e desse trabalhador que nós aplaudimos. Inclusive, quero aqui, sr. presidente, cumprimentar o presidente Lula pela BR-282, trecho Lages/São José do Cerrito. Aquela estrada existe hoje, porque o Lula a fez em parceria com o governo Luiz Henrique, porque o MDB fez a redemocratização, porque o MDB lutou pelas Diretas Já.

Por isso, ocupo esta tribuna. E sei que alguém está chegando e vai falar do nosso PMDB. Talvez quem vá falar, após a minha fala, esteja preocupado com a história do nosso partido. Temos problemas, mas esses problemas quem vai resolver são os peemedebistas. Serão eles que irão resolver os problemas.

Quero saber qual é o partido que não tem problemas neste país. Mas os problemas do PMDB são superados pela história do nosso partido.

O Sr. Deputado Edison Andrino - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Concedo um aparte ao nobre deputado, ex-prefeito, primeiro prefeito eleito da nossa capital, Florianópolis, graças ao PMDB, e pelo nosso MDB, Edison Andrino.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Cumprimento v.exa. pelo pronunciamento, fazendo um pouco do resgate da história do nosso partido, o único partido a que eu pertenci.

Quando o deputado Sérgio Grando foi prefeito desta cidade, também era do MDB antigo. Inclusive, durante todo o processo da ditadura tivemos muitos momentos difíceis. E o MDB, quando foi criado, junto com a Arena, era para dar uma imagem de que aqui existia democracia. E à medida que o MDB ia crescendo, o adversário nosso, a Arena, ia trocando de nome.

O PMDB só botou o P na frente por exigência de uma legislação casuística, inventada pela ditadura, de que os partidos tinham que ter P na frente. Mas mantivemos o MDB e botamos só o P por uma questão de legislação. Nunca precisamos trocar o nome do partido.

Eu acho que, apesar de todos os problemas que vivemos, cumprimos a nossa missão. O partido teve o momento em que cumpriu a sua missão, que foi o processo da redemocratização, com eleição direta, com anistia, com liberdade de imprensa, com a Constituinte, liderada pelo companheiro Ulysses Guimarães.

O partido tem que passar por um processo de renovação, deputado Elizeu, e buscar novas bandeiras. O partido que tem essa história, que teve as lideranças que teve, que teve as conquistas que teve, jamais perecerá - e nenhum partido existente no Brasil pode se orgulhar de tantas conquistas como tivemos no PMDB e no antigo MDB.

Lideramos um movimento contra a ditadura, com a Ordem dos Advogados do Brasil, os sindicatos dos trabalhadores - e foi aí que surgiu o Lula, durante esse processo da luta contra a ditadura -, os estudantes, a imprensa, um segmento da igreja, enfim, lutamos muito para redemocratizar o Brasil.

Hoje é fácil falar e criticar, mas tudo isso aconteceu pela história e pelas conquistas do nosso partido, do seu partido, que é o PMDB. E v.exa. teve um papel importante em Brasília, quando assessorou o grande senador do MDB, que foi o nosso ex-prefeito de Lages, Dirceu Carneiro.

Cumprimento v.exa. pelo pronunciamento e pelo momento oportuno de se falar um pouco no partido, buscar um pouco, resgatar não só a história, mas buscar um rumo diferente para o nosso partido. V.Exa. e muitos de nós querem um rumo, um futuro para o partido, que honre a nossa história. Mas existe muita coisa no partido que precisa ser repensada.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte do deputado Edison Andrino.

Eu sei, deputado, que perdemos um pouco das nossas bandeiras, que perdemos um pouco, mas vamos achar uma bandeira, uma grande bandeira para o nosso MDB. E nós, aqui, de viva voz e em bom som, continuamos sendo manda brasa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Reno Caramori, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, na tarde de ontem tivemos a satisfação de tecer um comentário a respeito do início da colheita da maçã, no município de Fraiburgo, tendo como grande anfitriã a nossa grande empresária Aldani Rocha, do Grupo Frey, que produz lá a deliciosa maçã Royal Gala, uma das variedades, cuja colheita está sendo iniciada agora.

Nobres pares, hoje quero trazer aqui um documentário a respeito de uma nova variedade de maçã, que foi criada através de genética de mutações, na estação experimental da Epagri, em Caçador, e que é a 11ª variedade desde o ano de 1995. Até é um número sugestivo, é a 11ª variedade que foi criada e desenvolvida na Epagri, em Caçador.

Essa maçã, com uma beleza de coloração, de um sabor extraordinário, é filhote da Gala, é filha da Golden Delicious, que sofreu uma mutação, uma transformação. E é uma pena que a câmera não possa aqui distinguir a coloração desde a primeira até a terceira. Mas é importante essa variedade, e eu lerei aqui um documento com dados técnicos.

(Passa a ler.)

"O código provisório MRC-11/95 significa Macieira Resistente de Caçador, e os números 11/95 significam a décima primeira seleção obtida no ano de 1995, em Caçador.

É uma planta, por enquanto seleção, que tem como características mais marcantes para o mercado produtor o seguinte:

- a) imunidade à sarna, principal doença da macieira em nível mundial;
- b) imunidade à mancha foliar de glomerella, principal doença da macieira no Brasil;
- c) resistência ao oídio, segunda doença de alcance mundial;
- d) resistência ao ácaro vermelho da macieira, uma das principais pragas no sul do Brasil.

Apenas essas quatro resistências, com certeza, possibilitarão aos fruticultores reduzirem em pelo menos 70% a carga de pesticidas atualmente aplicados nos pomares catarinenses. É oportuno salientar que uma das grandes preocupações dos pomicultores hoje são os altos custos para o controle de doenças e pragas das macieiras, a Gala e a Fuji, carros-chefe, criadas por melhoristas de outros países não preocupados com os nossos problemas fitossanitários.

O importante é que essa nova cultivação tem muito melhor adaptação ao nosso clima do que os nossos atuais carros-chefe, Gala e Fuji. Além de assegurar melhor desempenho das plantas em produtividade e qualidade de frutos, também permite reduzir os custos, por dispensar o uso de químicos para a quebra da dormência na primavera."

Aqui faço parênteses para dizer que o governador anunciou que estava autorizando à Epagri estudos para que se diminua o problema de químicos nas variedades que têm necessidade de número de horas de frio, até pelo aquecimento global. Mas não há necessidade com essa variedade, que foi experimentada e está aprovada, porque mesmo aumentando o calor ela dispensa horas de frio sem produto químico.

(Continua lendo.)

"As plantas têm também outra importante característica, muito procurada pelos melhoristas europeus, que é o crescimento horizontalizado dos ramos. É prática obrigatória dos fruticultores o arqueamento dos ramos para controlar o vigor e antecipar a produção, como também a poda dos ramos em excesso para permitir melhor entrada de luz, coisa importante para a coloração dos frutos, e entrada dos produtos químicos usados no controle de doenças e pragas. E essa nova cultivar poderá dispensar isso tudo com reflexo direto no custo da mão-de-obra para essa prática.

Sobre os frutos, diz o experimenter que não quer interferir na opinião de quem for degustar e apreciar. Mas sabemos que o comportamento natural do mundo inteiro está muito calçado nas aparências, como a compra de carros, roupas, calçados, objetos de uso pessoal e, como não poderia deixar de ser, na compra de alimentos. E a nossa maçã Gala-mãe, da nossa nova cultivar, vem tendo muito boa aceitação não só no Brasil, mas também no berço da maçã, a Europa. Por quê? Essencialmente por ter sabor exuberante e boa aparência. Mas não é qualquer Gala que entra no mercado europeu. Ela tem que apresentar inclusive coloração uniforme não apenas na superfície da fruta, mas nos lotes interiores, que irão para os supermercados.

A maçã tem um distúrbio fisiológico denominado em inglês 'russetting'. Infelizmente, as condições climáticas do sul do Brasil, principalmente na região de Fraiburgo, são muito favoráveis a esse problema, até para a nossa Gala. E o mercado europeu não aceita maçãs com esse 'russetting', o que vem preocupando os nossos exportadores, pois existem safras em que essa enfermidade é muito forte, prejudicando seriamente as exportações. Mas a nossa MRC-11/95 é totalmente livre desse distúrbio fisiológico. A coloração vermelha dessa nova cultivar é muito atrativa e uniformemente distribuída em toda a superfície do fruto, condições que a credencia como forte candidata aos negócios de exportação.

Por isso, hoje, essas variedades estão sendo experimentadas e aprovadas nos municípios de Fraiburgo, Água Doce, Urupema, São Joaquim, no estado de Santa Catarina, e em Vacaria, no estado do Rio Grande do Sul."

Fazemos esse registro mostrando o quanto é importante a nossa Epagri, que vem sendo mal assistida, pode-se dizer. Não culpo aqui o corpo técnico da Epagri nem os seus dirigentes. É a conjuntura toda do governo que não está dando a devida atenção àqueles abnegados pesquisadores que chegaram a esse produto, que é uma beleza. É uma fruta fora de série, que já comprovadamente nos municípios que nominamos tem grande aceitação, como também está tendo uma aceitação muito grande na própria Europa, que é o berço da maçã.

Portanto, faço mais uma vez o apelo para que o governo olhe para a Epagri; que dê condições para o corpo técnico continuar experimentando, criando variedades mais resistentes, que se adaptem realmente ao nosso clima e ao nosso solo, a exemplo dessa maçã, que é produto genuinamente catarinense e caçadoreense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o sr. deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Eu solicito à nossa assessora do plenário que distribua aos presentes uma maçã, que não é esta que nós falamos hoje, mas é a Royal Gala, lá da nossa querida Aldani Rocha, de Fraiburgo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, ouvi atentamente a manifestação do eminente deputado Elizeu Mattos e algumas outras manifestações ontem, deputado Silvio Dreveck, deputado Reno Caramori e deputado Décio Góes, que passam a impressão de que alguém da Oposição estaria falando mal do PMDB.

A mídia nacional há três dias fala, e fala muito mal, do PMDB, mas não por provocação de ninguém da Oposição. Ela fala, deputado Silvio Dreveck, porque um dos maiores expoentes do PMDB, duas vezes governador de Pernambuco, senador da República, fundador do velho MDB, um político com uma grande folha de serviços prestados ao seu partido, PMDB, e ao Brasil, o senador Jarbas Vasconcelos, resolveu se manifestar nesse sentido.

Ele disse à revista *Veja*: "O PMDB é corrupto." Não foi ninguém da Oposição que disse isso. Quem fez essa afirmação que repercute há três dias na mídia nacional foi um grande líder do PMDB.

E ontem disse mais, disse que reafirmava. E alguém perguntou: "O senhor não tem medo de ser expulso?" Ele disse: "Eles não vão me expulsar, eles não têm coragem de me expulsar."

Mas, deputado Dagomar Carneiro, repito que não foi alguém do PDT, o seu partido; do PP; do PT ou de qualquer outro partido. Foi o irmão, fundador do partido. É claro que aí repercute mais, é evidente que dói mais, porque é da família, é gente que se criou junto, é gente que fez história junto.

E ele foi muito contundente. Disse que o PMDB é corrupto, que só quer cargos, cargos para quê? "Para fazer negócios", ele afirma, "para ganhar comissões". E repito: são palavras do eminente senador Jarbas Vasconcelos, grande liderança do PMDB.

Aqui, no estado, deputados Silvio Dreveck e Reno Caramori, as coisas não são diferentes. O ex-ministro e ex-presidente do PMDB Dejandir Dalpasquale também acusa o governador Luiz Henrique da Silveira e o presidente do partido Eduardo Pinho Moreira de corruptos.

Deputado Reno Caramori, eu ouvia agora há pouco a entrevista do ex-ministro Dejandir Dalpasquale. É extremamente contundente. Ele diz que o presidente do PMDB não tem autoridade, não tem moral e não tem comando no partido.

Ele disse que ele foi colocado no comando da Celesc para fazer negociatas, disse que o dr. Eduardo Pinho Moreira negociou uma pensão vitalícia de R\$ 22 mil para ficar seis meses no governo.

Não foi o deputado Pedro Baldissera quem disse isso, nem o deputado Reno Caramori e nem o deputado Silvio Dreveck, e muito menos o linguarudo do deputado Joares Ponticelli, foi o dr. Dejandir Dalpasquale, fundador do velho MDB, presidente estadual do PMDB. Ele acabou de dizer na Rádio CBN que o governo de Santa Catarina, do PMDB, é um governo corrupto e de negociatas.

Ele disse que membros do PMDB entraram pobres e enriqueceram no governo. Palavras do ex-ministro Dejandir Dalpasquale. Não é de ninguém da Oposição. A imprensa nacional já está atrás dessas declarações.

Eu recebi uma ligação, deputado Reno Caramori, agora há pouco de um correspondente da revista *Veja* interessado nas declarações do ex-ministro Dejandir Dalpasquale. Parece que agora as notícias que há muito tempo nós estávamos trazendo sobre corrupção no governo começam a chamar a atenção, casos de corrupção explícita como a do Aldo Hey Neto, homem de confiança do governador, que estava com R\$ 2 milhões no seu apartamento durante o período de campanha. Grande corrupção!

Parece que agora as notícias de corrupção contidas no livro *Descentralização no Banco dos Réus*, que o governador e o Eduardo Pinho Moreira impedem a publicação, como no tempo da ditadura, começam a chamar a atenção da grande mídia nacional, porque dois fundadores do velho MDB começam a mostrar as verdadeiras faces do partido, Jarbas Vasconcelos em nível nacional e Dejandir Dalpasquale aqui em Santa Catarina.

O que ele disse do governador Luiz Henrique da Silveira e do Eduardo Pinho Moreira... Ninguém da oposição nunca falou tão mal quanto ele, e é um membro histórico, respeitado do PMDB.

Isso me preocupa muito mais ainda, deputado Silvio Dreveck, porque o PMDB vive um momento de grande insegurança para o seu governador aqui no estado.

Evidentemente, de ontem à noite para cá, o governador deve ter perdido o sono. A cassação do governador Cássio Cunha Lima, da Paraíba, que teve o mandato cassado por muito menos corrupção do que a praticada por Luiz Henrique da Silveira aqui durante a campanha, deve estar preocupando. Muitas gavetas devem estar sendo limpas já e o problema é o que se está tirando das gavetas.

As notícias são assustadoras. Escolas superfaturadas, licitações e concorrências dirigidas e superfaturadas, altamente suspeitas. Negociatas e negociatas, como diz o grande peemedebista Dejandir Dalpasquale. E preocupa, é claro, com essa insegurança. Ontem foi o Cássio Cunha Lima. Amanhã deve ir o Jackson Lago e a fila vai andando. Sabemos do esforço que este governo empreendeu até agora para se manter no TSE, ao ponto do governador chegar a afirmar, num momento de infelicidade, que estava vendendo até o

carrinho popular da primeira-dama do estado para pagar o advogado, quando sabemos que um advogado para defender um processo no TSE precisa muito mais do que uma cegonha cheia de carrinhos populares. Não é só o carrinho da primeira-dama. Isso não paga nem o cafezinho do advogado. Bota cegonhas nisso. Talvez um pátio inteiro.

Talvez isso justifique, deputado Silvio Dreveck, o art. 148 "a" do Regimento Interno do ICMS. Talvez de lá tenha saído o carrinho popular, porque não dá para entender as razões de concessão de renúncias fiscais de mais de 90% em momento de crise.

Então, eu sei que o momento é tenso. Imaginem a insegurança e a insônia do governo depois da decisão do TSE ontem à noite.

Engraçado, deputado Silvio Dreveck, lá, na Paraíba, o PMDB está repercutindo hoje que a justiça foi feita e a eleição foi passada a limpo. Aqui é tapetão. Lá, na Paraíba, porque o PMDB ganhou o mandato, pode cassar o companheiro do deputado Serafim Venzon, que é o Cássio. Lá o PMDB disse que tinha que cassar porque a justiça tinha que ser feita. Aqui é tapetão.

É, esse Jarbas Vasconcelos ainda tem muito para contar.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente e srs. deputados, já o fiz em uma outra oportunidade. Volto novamente a invocar uma manifestação de Juan Domingo Perón: "Em política fala-se muito das coisas, pouco de si mesmo e nada dos outros". Esse, com certeza, é um exemplo que pode e deve ser seguido por muitos e muitos daqueles que estão na atividade pública, na atividade política.

Quando vejo muitas vezes na imprensa manifestações fortes, contundentes, em que procuram, parece-me, mais os holofotes, fico com a manifestação de Juan Domingo Perón.

Nós temos projetos. Todos os partidos políticos têm propostas, têm responsabilidades grandes de governar, de administrar, de fazer leis através de nossas Bancadas, de nossos governantes. Mas os partidos políticos, todos eles, têm grandes interesses, políticos, pessoais, individuais - e infelizmente não é o ideal, mas é assim -, o que leva esse ou aquele a fazer uma determinada acusação sem apontar o ilícito que foi cometido. Generalizar, dizer que esse partido ou aquele partido tem vícios, tem defeitos, é corrupto, é uma forma muito cômoda, é um jeito muito fácil para, atrás do manto da impunidade que tem sido gerado muitas vezes através da imunidade, se fazer acusações.

Quando se faz uma acusação, aponta-se qual a irregularidade, qual a ilicitude cometida e, além disso, aponta-se quem a cometeu. De forma contrária é muito difícil que essas manifestações mereçam o crédito da sociedade.

Então, por isso mesmo, sr. presidente e srs. deputados, faço essa manifestação. Vários partidos, inúmeros partidos tiveram, dentre aqueles que integram os seus quadros, pessoas que não mereciam ser abrigados por aquela sigla partidária. Muitos tomam providências, outros não o fazem e ainda outros apontam, mas não dizem o que é.

Muitas vezes, pergunto-me, quando esse tipo de acusação vem a público, deputado Elizeu Mattos, se é por conta de mágoas pessoais ou se é por conta de interesse político dentro do cenário, do quadro em que as pessoas estão inseridas, principalmente agora quando já estamos com candidatos à presidente da República, a governador, a deputado, a senador, todos eles já com os seus projetos em curso, caminhando, procurando sensibilizar o nosso eleitor.

Por isso, na minha forma de ver e entender, toda denúncia quando genérica, quando não tem um objetivo definido para apontar irregularidades, deve merecer toda cautela em sua análise.

Agora, é lógico, srs. deputados, que as manifestações sempre devem ser avaliadas e investigadas. Agora mesmo, deputado Elizeu Mattos, eu vi e ouvi aqui da tribuna manifestações procurando alcançar o nosso presidente do partido, procurando alcançar o candidato ou pré-candidato ao governo do estado numa evidente ação política.

Por isso, manifestações, quando não têm o cunho, o objetivo de fazer esclarecimentos e contribuir para o combate às ações que merecem a reprovação de todos nós, da própria sociedade, muitas vezes essas ações são meramente políticas, visando alcançar um determinado objetivo a favor de um grupo ou até da individualidade de quem a manifestação parte.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Ouço com muita alegria a manifestação de v.exa.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Quero cumprimentar v.exa. pelo pronunciamento, pela sua maneira de falar, de explicar. Se, na verdade, deputado Herneus de Nadal, a denúncia foi feita pela ética da coisa pública, apontando o erro, onde está o erro, ela tem credibilidade!

Agora, qualquer denúncia por mágoa, por raiva, por promoção pessoal ou na procura de holofotes não tem credibilidade nenhuma. Não se está fazendo uma denúncia procurando a ética da coisa pública, mas sim pela raiva, pela mágoa e talvez pela oportunidade de aparecer ou à procura de holofotes.

E isso é muito perigoso. É muito perigoso, para o país democrático que nós defendemos. Senão todos nós aqui vamos olhar o cidadão que está nos assistindo e, daqui a pouco, nem conhecendo-o, começaremos a acusá-lo, a inventar coisas sobre ele. E pode vir aqui um repórter, tirar uma foto do cidadão porque inventei alguma coisa sobre ele. Isso é muito perigoso!

Eu aprendi uma coisa, pois tenho amadurecido e tenho aprendido muito com v.exa., que é meu professor nesta Casa. Primeiro, antes de acusar, devemos refletir e nunca agir com raiva, nem pela mágoa e muito menos procurando só os holofotes. Isso eu aprendi nesta Casa. É um aprendizado que eu levo também de v.exa.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Seu coração que é grande, deputado!

Srs. deputados, é uma pena que o senador Jarbas Vasconcellos, segundo ele próprio, em sua manifestação, tenha aguardado três anos para falar, para bater no presidente da República que não é da minha cor partidária, da minha sigla, mas é a autoridade máxima deste país. É uma pena que o senador tenha ficado três anos calado sem apontar as irregularidades que encontra dentro do PMDB.

O PMDB é um partido democrático, é um partido aberto e por isso até seus integrantes muitas vezes tomam não só a liberdade, mas até a liberalidade e avançam de forma inadequada. Mas nós esperamos que ele aponte culpados, porque o nosso partido aí tomará as providências. Não aja desta forma evasiva, sem fazer com que nós possamos de fato investigar e apontar as irregularidades que ele diz existirem no governo federal e dentro do partido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Décio Góes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Décio Góes.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, nesta tarde, reuniu-se a comissão de Turismo e Meio Ambiente desta Casa e, por maioria, elegeu este parlamentar como presidente e o deputado Renato Hinnig como vice-presidente.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Feito o registro com relação a mais uma comissão, parabênz o deputado Décio Góes pela presidência.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, com a sua permissão, quero aqui anunciar os membros que compõem a comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano. Os componentes são os deputados, Jean Kuhlmann, José Natal, Décio Góes, este deputado, Manoel Mota, Adherbal Deba Cabral e Narcizo Parisotto. Foi eleito para presidente o deputado Reno Caramori e para vice-presidente o deputado Décio Góes. As reuniões serão efetuadas às terças-feiras após às 18h, e poderá haver alguma modificação que a secretaria geral da comissão levará...

(Manifestação interrompida por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Aleisc Digital, queremos saudar também o empresário Altemir Marini, da Embrareef, grande empresário de Itajaí, bem como o presidente do PSDB de Biguaçu, José Brás.

Sr. presidente, quero destacar aqui mais uma ação conjugada do governo do estado e do governo federal, pois ontem o ministro da secretaria Nacional dos Portos, Pedro Britto, veio a Itajaí acompanhado do ministro Altemir Gregolin, da Pesca. Estavam lá os deputados federais, Décio Lima, Cláudio Vignatti, o ex-deputado e atual prefeito de São José, Djalma Berger; o superintendente do porto, Antônio Aires dos Santos; o presidente da Câmara dos Vereadores, representando todos os vereadores, Luiz Carlos, enfim, foi um grande evento do governo federal, ocasião em que assinou a ordem de serviço da recuperação do porto de Itajaí, juntamente com o nosso governador Luiz Henrique da Silveira.

Destaco aqui, que o governador esteve presente em toda essa catástrofe que tivemos no final do ano passado. E agora estavam lá novamente o governador, o vice-governador que acompanharam os catarinenses atingidos na fase emergencial, seja de carro, a cavalo, de helicóptero, do jeito que fosse possível chegar, lá estavam eles. E nós também, assim como o deputado Dagomar Carneiro, em Brusque, nas cidades dos arredores, nas regiões mais próximas todos acompanhando o primeiro atendimento, depois a segunda fase ajudando as pessoas a chegar às suas casas, e agora na terceira fase, a fase da recuperação.

Então, vemos agora o governador agindo na estrada que vai de Brusque a Gaspar, de Brusque a Botuverá, de Brusque a Itajaí, pela BR-470. Em inúmeros locais as máquinas estão trabalhando para recuperar, inclusive na Jorge Lacerda, enfim, em todos os trechos em que temos estradas estaduais e federais. O nosso governador está agindo nesta terceira fase, na fase da recuperação. Será investido em Itajaí mais de R\$ 200 milhões para recuperar o porto em si e o canal, para dar permissão que entrem navios de até no mínimo nove metros de calado e permitindo, então, que o nosso grande canal de exportação juntamente com o canal da lagoa, que é um porto menor; de Imbituba, que está cada vez maior, crescendo e recebendo muitos investimentos; de Itapoá que está quase pronto; de São Francisco, que certamente também vai receber ajuda e o de Navegantes, que está ampliando suas exportações, façam com que Santa Catarina que hoje tem o maior PIB nacional, continue com essa marca, pois isso se dá graças à pulverização da nossa economia. E o porto de Itajaí e o de Navegantes, são um grande canal das nossas exportações. E graças a isso podemos nos orgulhar do nosso sistema, da nossa distribuição econômica.



O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Adherbal Deba Cabral - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon e parabeno v.exa. pelo seu pronunciamento.

Acho que é muito importante, até porque com as enchentes nós ficamos com um problema sério no porto de Itajaí e o porto de Navegantes hoje está auxiliando, inclusive, aquele porto nas exportações, provando o contrário para aqueles que criticavam na época a criação do porto de Navegantes, que hoje estão vendo o auxílio que está dando para o porto de Itajaí.

Quero parabenizar também o nosso governador Luiz Henrique da Silveira e o governo federal, na pessoa do presidente Lula, o ministro Britto, e também o nosso prefeito Jandir Bellini, o superintendente do Porto de Itajaí, Antônio Aires, porque realmente nós precisamos recuperar o nosso porto de Itajaí dentro do menor espaço de tempo possível.

Parabéns, pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Deputado Adherbal Deba Cabral, v.exa. estava lá e testemunhou a alegria das pessoas em poder ver esta obra recuperada e o que isto significa para Santa Catarina.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Quero cumprimentar o ex-prefeito, e agora deputado Serafim Venzon, o ex-prefeito Adherbal Deba Cabral, e agora também deputado, pelo pronunciamento de quem conhece a região, de quem conhece os problemas e que convivem agora com as soluções encontradas com a participação dos órgãos públicos federais, estaduais e dos próprios parlamentares envolvidos com a região.

Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento, e pedir vênia a v.exa. para que registre também aqui, nesta Casa, a presença do prefeito Antônio Ulsenheimer, acompanhado dos nossos vereadores, lá do município de Saudades, que acompanham atentamente o pronunciamento de v.exa. e os nossos trabalhos aqui no Legislativo.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Saudamos o sr. prefeito e saudamos v.exa., deputado Herneus de Nadal, grande líder do governo nesta Casa. Dizia hoje, numa reunião do PSDB com o deputado Valdir Cobalchini, que o resultado do governo é a soma das ações de todas as forças, tanto da Oposição, quanto da Situação. Mas nós, que somos dos partidos de sustentação ao governo Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan, temos maior responsabilidade para que as coisas deem certo.

Certamente, de todas as secretarias que temos, a única secretaria que é apimentada, avinagrada, seguramente é a secretaria de Articulação Estadual. Ela é a

mais difícil, justamente por coordenar o trabalho de gente grande do DEM, do PMDB, do PSDB, do PDT, do PPS, do PTB, enfim, de todos os partidos da nossa coligação, porque coordenar esse trabalho, levar um contentamento a todos esses entes políticos e ao mesmo tempo atender os anseios da sociedade, certamente é uma ação demasiadamente difícil.

Repito o que já disse aqui, nessa fase de recuperação do estado o governador precisa estar presente em todas as regiões, em todos os municípios de Santa Catarina. É claro que o governo se faz presente através das secretarias de Desenvolvimento Regional, só que agora, devido às enchentes, é preciso que o governador esteja sempre, para agir com mais rapidez, nas regiões atingidas pelas chuvas.

Lamentavelmente, srs. deputados, alguns prefeitos, ao invés de decretar estado de calamidade pública, e é o caso de Botuverá, Guabiruba e São João Batista, decretaram apenas estado de emergência. Na ocasião, a Defesa Civil do estado, que faz um trabalho muito bom, é evidente, não chamou a atenção de que a situação não era de emergência, mas de calamidade. E agora, por causa dessa diferença, os municípios de Botuverá, São João Batista e Guabiruba não foram beneficiados com a permissão para que seus moradores utilizem o dinheiro do FGTS, dinheiro que ajuda muito a recuperar a economia local.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Como líder da bancada do PMDB, acordamos a troca de membros da comissão de Turismo e Meio Ambiente, para que faça parte da referida comissão o nosso deputado Renato Hinnig em substituição ao deputado Adherbal Deba Cabral, que vai assumir outra comissão. Peço que conste em ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Está feito o registro pelo líder do PMDB, deputado Antônio Aguiar.

Com a palavra o sr. deputado Pedro Uczai, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Sr. presidente, srs. deputados, quero manifestar aqui a confiança nos meus pares, deputados, na construção de uma das bandeiras de luta deste Parlamento, que é a educação. Vou presidir a comissão de Educação por confiança e legitimidade da bancada do Partido dos Trabalhadores e também dos pares que compõem essa comissão.

Quais são os grandes desafios que estão colocados para este Parlamento no biênio 2009/2010? Primeiramente, viabilizar a própria legislação construída e votada neste Parlamento, ou seja, o art. 170 precisa ser integralmente destinado aos alunos do ensino superior de Santa Catarina.

Na outra oportunidade em que fui deputado desta Casa fui autor da regulamentação do art. 170, que previa bolsas de estudo para os alunos com dificuldade financeira de pagar a universidade. Enquanto outros deputados propunham, na época, crédito educativo, este deputado defendeu sempre a tese de que a educação é um direito. E se a educação é um direito, cabe ao estado conceder esse o direito à educação. Sendo assim, o auxílio deveria ser em forma de bolsas de estudo até porque a sociedade já paga os impostos e esses impostos devem retornar à sociedade em forma de educação, com o direito à universidade.

Há dois anos, quando assumi nesta Casa, começamos uma nova luta de regulamentar o art. 171. Apresentei uma proposta que, em seguida, foi plagiada pelo próprio governo do estado, com exceção de uma linha, incorporando à política pública do estado o art. 171, que prevê também recursos financeiros para a graduação, para a pós-graduação e para a pesquisa e extensão.

Desde o ano passado, entretanto, quando foi sancionada, no dia 25 de janeiro de 2008, a referida regulamentação - e já estamos no final de fevereiro de 2009 -, nenhum recurso ainda foi destinado para o ensino superior proveniente do art. 171. Portanto, o governo não cumpre a regulamentação do art. 171 da Constituição de Santa Catarina.

Estão no Orçamento de 2009 recursos no valor de R\$ 2,8 bilhões. Destes, em torno de R\$ 50 milhões seriam para o art. 171! Vamos lutar porque é um direito dos nossos jovens, do filho do agricultor, do filho de trabalhador, do filho do micro e pequeno empresário, estudar na universidade.

Paralelamente a isso, junto com os professores da rede pública estadual vamos lutar para que este governo implante o piso nacional dos professores em Santa Catarina. Enquanto o Piauí, que tem a menor renda *per capita* do país, em torno de R\$ 4.200,00 por habitante/ano, vai implantar um piso de R\$ 980,00, Santa Catarina, que tem a quarta renda *per capita* do Brasil, não tem justificativa para não implantar um piso salarial de R\$ 950,00 de vencimento e a hora/atividade, como outros estados já estão fazendo, de, no mínimo, 33%, a fim de que os docentes possam estudar e pesquisar para melhor ensinar as nossas crianças, os nossos jovens.

Através da concessão de liminar, os governadores conseguiram a não-implantação da hora/atividade, mas política e estrategicamente o governo catarinense deverá implantar o piso de R\$ 950,00 de vencimento até janeiro de 2010, porque senão vai demonstrar para o estado e para o Brasil que Santa Catarina, por um lado, tem uma das maiores rendas *per capita* do país e, por outro lado, não prioriza a educação, não prioriza o futuro, não prioriza o desenvolvimento social, econômico e cultural. Então, essa vai ser uma luta também da nossa comissão de Educação da Assembléia Legislativa.

Outra luta da qual agora os próprios estudos, as próprias pesquisas do ministério da Educação estão dando conta é a eleição direta para diretor. Quando a comunidade escolar, alunos, professores, funcionários e pais dos alunos, escolhe os seus dirigentes de forma legítima e democrática e esses dirigentes, legitimados, comprometem-se com a própria comunidade escolar, envolvendo todos no processo educacional e não só o professor, as pesquisas demonstram que essas escolas públicas têm o melhor Ideb do país, pois têm envolvimento social.

Deputado Serafim Venzon, essa direção da educação, que é a democratização, o envolvimento da comunidade escolar, o envolvimento do conjunto, ou seja, do professor e da direção da escola, requer de Santa Catarina o imperativo ético, moral e político, para não dizer educacional, no sentido de eleger os diretores das escolas.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Quero cumprimentar v.exa., que é o meu presidente na comissão de Educação, da qual faço parte juntamente com o deputado Elizeu Mattos, que é o vice-presidente. Quero dizer que, certamente, com v.exa. à frente, companheiro que é do Fórum Permanente do Ensino Superior em Santa Catarina, iremos fazer com que todos os catarinenses que queiram ir à universidade tenham como financiar essa intenção, até porque o nosso adolescente vê a universidade como um instrumento de ascensão social.

Com relação à escolha dos diretores, ao menos na nossa região, temos priorizado ouvir a comunidade para que, ao indicar algum diretor, ele tenha, em primeiro lugar, legitimidade entre os professores, já que vai coordenar, talvez, o serviço mais

importante que o estado disponibiliza à sociedade; em segundo lugar, para que ele tenha liderança para viabilizar a interação entre a família e a escola, fundamental para o bom resultado da educação.

Mas confesso que, não fosse talvez a escolha da eleição democrática, se isso não passar no futuro a ser contagiado por outras forças que venham a preocupar o bom andamento da questão da interferência do estado, é uma grande alternativa, sim! Porém, nós temos priorizado, e isso já acontece hoje, ao menos na minha região e do deputado Dagomar Carneiro, a legitimidade, primeiramente, entre os professores, e entre a sociedade com o diretor, que tem que ser um líder, senão não teria condições de ser o diretor da escola.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Quero cumprimentá-lo também pela disposição, juntamente com o deputado Professor Grando, com o deputado Elizeu Mattos e demais parlamentares, de participar da nossa comissão de Educação da Assembléia Legislativa.

E a terceira grande bandeira da luta da comissão é acompanhar também o governo do presidente Lula; a expansão da Universidade Federal de Santa Catarina para Araranguá, para Joinville, para a região norte, como também para Curitiba; a expansão do ProUni; a expansão das vagas para a UFSC, como também a implantação da nova universidade em Santa Catarina, depois de 49 anos, com sede em Chapecó, a Universidade Federal Fronteira Sul, composta de cinco *campi*: Cerro Largo e Erechim, no Rio Grande do Sul; Laranjeiras do Sul e Realeza, no Paraná; e Chapecó, no oeste de Santa Catarina. Além disso, também as escolas técnicas federais, que queremos que cada vez mais se expandam em Santa Catarina, para atender a nossa juventude.

É nessa direção dos três grandes desafios que temos aqui pela frente neste ano e no próximo ano que queremos conduzir a comissão de Educação, pois a melhor herança que um pai e uma mãe deixam para os seus filhos é a educação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente.

Apenas quero comunicar quais serão os membros da comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia: deputados Serafim Venzon, Pedro Uczai, Silvio Dreveck, Herneus de Nadal, Elizeu Mattos, Renato Hinnig e o deputado Professor Grando, sendo que a presidência cabe a este deputado e a vice-presidência ao deputado Renato Hinnig.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Está feito o registro do deputado Silvio Dreveck.

Esta Presidência registra, com muita satisfação, a presença, em nosso recinto, da dra. Gládis Carneiro, minha esposa, que está de aniversário no dia de hoje e o está passando aqui na Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Meus parabéns e seja bem-vinda a esta Casa.

Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, especial, para hoje, às 19h, que vai tratar do Lançamento da Campanha Nacional Pela Moradia Digna.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 002ª SESSÃO ESPECIAL DA

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2009

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JORGINHO MELLO

#### LANÇAMENTO DA CAMPANHA NACIONAL PELA MORADIA DIGNA

#### SUMÁRIO

**KÁTIA REGINA HERMENEGILDO SCHAPPO** - Faz uma explanação dos objetivos da Campanha Moradia Digna, uma Prioridade Social.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Defende a importância de uma política pública do sistema nacional de habitação.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Aborda a importância da campanha nacional Moradia Digna como justiça social.

**CLÓVIS LUIZ FAVA** - Manifesta o apoio do Conselho Estadual de Entorpecentes à campanha.

**HILÁRIO GOTSELIG** - Aborda a necessidade de moradia digna para o homem do campo.

**HÉLIO BAIROS** - Refere-se à necessidade de recuperar o déficit habitacional.

**MODESTO AZEVEDO** - Faz um histórico do porquê está-se fazendo a Campanha Nacional pela Moradia Digna.

**MARIA DARCI MOTA BECK** - Propõe a criação do comitê estadual da Campanha Nacional pela Moradia Digna; aborda a situação da política habitacional do estado; destaca a importância do recolhimento de assinaturas pela votação da PEC n. 285/08.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Aborda a importância da Campanha Nacional pela Moradia Digna.

**MARIA DARCI MOTA BECK** (aparte) - Registra a presença da CUT, das centrais sindicais e da Fapesc.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as seguintes autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Senhora Maria Darcy Mota Beck, diretora presidente da Cohab - Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina -, neste ato representando o sr. governador do estado de Santa Catarina Luiz Henrique da Silveira;

(Palmas)

Senhor Átila Rocha dos Santos, secretário municipal de Habitação e Desenvolvimento Ambiental, neste ato representando o prefeito municipal de Florianópolis, sr. Dário Berger;

(Palmas)

Senhor Hélio Bairros, presidente da Câmara de Desenvolvimento da Indústria da Construção, da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina e do Sindicato da Construção Civil da Grande Florianópolis;

(Palmas)

Senhor José Antônio Latrônico Filho, segundo vice-presidente do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Santa Catarina - Crea/SC - neste ato representando a presidência do conselho;

(Palmas)

Doutor Eduardo Antônio Temponi Lebre, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB de Santa Catarina, representando neste ato o presidente da OAB, sr. Paulo Roberto de Borba;

(Palmas)

Senhor Hilário Gottselig, presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina;

(Palmas)

Senhor Modesto Azevedo, coordenador nacional sul da União Nacional/Sul por Moradia Popular.

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, deputados que nos dão a honra de prestigiar este ato, como Décio Góes, o deputado de Brusque, amigo e médico, Serafim Venzon, a presente sessão foi convocada por solicitação deste deputado, com a aprovação dos demais parlamentares, para o lançamento da Campanha Nacional pela Moradia Digna em Santa Catarina.

Neste momento, ouviremos a interpretação do Hino Nacional pelo Coral da Assembléia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do Hino Nacional.)

(Palmas)

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Vou nominar, com muita honra, as autoridades presentes, mas antes gostaria de dizer que eu estava, anteriormente, me referindo ao deputado Serafim Venzon e não ao deputado Décio Góes.

Queremos agradecer a v.exa., deputado Serafim Venzon, pela presença, como também a todos que aqui vieram. A presença de vocês é muito importante!

Quero cumprimentar as seguintes autoridades:

Senhor Rony da Silva, vereador do município de Araranguá;

Senhor Nelson Bittencourt, secretário-adjunto da Habitação e Saneamento de Florianópolis;

Senhor Salomão Matos Sobrinho, secretário municipal do continente;

Senhor Alsione Gomes de Oliveira Filho, secretário de Habitação, neste ato representando o excelentíssimo senhor Carlito Meres, prefeito de Joinville;

Excelentíssima senhora vereadora Maria Aparecida Colombo, presidente da Câmara Municipal de Balneário Gaivota;

Excelentíssimo senhor vereador Valdecir Luiz Siviero, presidente da Câmara de Vereadores de Lageado Grande;

Excelentíssimo senhor Eduardo Merêncio, o Chico, vereador de Araranguá;

Senhor Alan Rodrigo Alcântara, presidente da Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina e conselheiro nacional das cidades;

Senhor Clóvis Luiz Fava, presidente do Conselho Estadual dos Entorpecentes;

Senhor Neomardo Caetano, diretor de habitação, representando neste ato o excelentíssimo senhor Wagner Lúcio de Souza, secretário de Habitação de Itajaí.;

Senhora Italeine Cucker, assessora, representando neste ato a senhora Giovaneza de Sá, secretária municipal do Sistema Social de Habitação de Criciúma;

Senhora Liliâne Piskki, dirigente da Central Única dos Trabalhadores - CUT;

Senhora Angela Liuti, presidente da União Metropolitana de Entidades Comunitárias - Ufeco;

Senhora Leocádia Bonanomi, diretora de operação da Cohab;

Senhora Vera Lúcia Alves Schneider, diretora técnica da Cohab;

Senhor Márcio Porto, representando neste ato o Conselho Nacional das Cidades - Concidades;

Senhora Adriana Maria Antunes de Souza, representando neste ato a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares - Cooperhaf;

Senhora Valéria Rodrigues, secretária municipal de Desenvolvimento Social, neste ato representando o excelentíssimo senhor José Roberto Martins, prefeito municipal de Imbituba.

Eu quero também cumprimentar, e peço que se levante, um senhor que nos dá muito orgulho, lá da Barranca, município atingido, que foi eleito anteontem presidente da UMA de Araranguá, que abriga todas as associações.

Peço uma salva de palmas a ele, porque veio de ônibus com os vereadores. Muito obrigado pela sua presença.

(Palmas)

A seguir, teremos uma breve apresentação da Kátia sobre o tema Moradia Digna, uma prioridade social. Ela fará uma explanação por alguns minutos, para que nós acompanhemos esse trabalho extraordinário que está sendo feito em todo o Brasil.

A SRA. KÁTIA REGINA HERMENEGILDO SCHAPPO - Nós vamos ler simplesmente aquilo que está colocado no *power point*, que é exatamente do que trata essa campanha.

Estamos lançando, hoje, no estado de Santa Catarina, esta campanha, através de iniciativa da Alesc com a Cohab, com a União Nacional de Moradia Popular e com vários outros órgãos, como o Sindiscon, da Grande Florianópolis, e a Câmara da Indústria da Construção.

Então, estamos passando o que significa essa proposta de emenda constitucional, a qual visa atender um direito constitucional da Constituição brasileira, expresso no art. 6º.

(Passa a ler.)

"São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição." [sic]

Conseqüências da falta de moradia digna:

. desagregação da família

. dificuldade à educação

. favorece o acesso à criminalidade

. determina a baixa da qualidade na saúde

. reduz as chances de inserção do indivíduo na sociedade.

Por isso, através de uma proposta de emenda constitucional, que nasceu dos movimentos populares, de parlamentares, de empresários e de segmentos da sociedade civil, está hoje consignada e entra em tramitação no Congresso Nacional, em análise na comissão de Constituição e Justiça, a Proposta de Emenda à Constituição n. 285, de 2008, que diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a vinculação temporária de recursos da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios aos respectivos Fundos Nacional (FNHIS), Estadual e Municipal de Habitação de Interesse Social.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

Art. 95. Durante o período de 30 anos, ou até a eliminação do déficit habitacional crítico, a União vinculará 2% do produto da arrecadação anual dos impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico já instituídos ou que vierem a ser criados ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS. Assim como, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, da mesma forma, vincularão 1% das suas receitas anuais resultantes dos impostos arrecadados aos Fundos Estaduais e Municipais de Habitação de Interesse Social, respectivamente, não sendo aplicável o previsto no inciso IV do art. 167.

Trata-se de um instrumento de coordenação entre os entes federados, porque envolve os três níveis.

Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação."

O instrumento que se previu para que essa proposta possa ser agilizada e votada no Congresso Nacional é um abaixo-assinado. Hoje, nós estamos

solicitando que todos os representantes de órgãos, de comunidades e de associações aqui presentes levem consigo os formulários, a fim de que se constabencie a vontade da população de que essa proposta seja aprovada pelos deputados e senadores. Então, esse abaixo-assinado é o nosso instrumento de trabalho para mostrar que a população catarinense quer a aprovação dessa proposta de emenda constitucional.

A meta em Santa Catarina, definida até pela coordenação nacional da campanha, é que o estado colete no mínimo 50 mil assinaturas em favor dessa campanha, sendo que no país faz-se necessária a coleta de um milhão de assinaturas para que a proposta efetivamente possa ser apreciada no Congresso Nacional.

Era isso o que tínhamos a falar. Muito obrigada!  
(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA

- Queremos agradecer a apresentação sobre a Campanha Nacional pela Moradia Digna, que é uma prioridade social. Essa campanha está sendo lançada em todo o Brasil, a fim de que mobilizemos os senadores e os deputados federais a aprovarem essa PEC, porque a mudança na Constituição é que vai determinar o êxito da campanha.

Convido o deputado Décio Góes para fazer uso da palavra, solicitando que não se estenda muito porque os nossos visitantes vieram de muito longe.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Gostaria de dar boa-noite a todos, desejar uma boa atividade, uma boa sessão especial; gostaria de cumprimentar o deputado Manoel Mota e em nome dele cumprimentar toda a mesa que aqui representa os movimentos sociais, a secretaria de estado, as instituições e, especialmente, toda a comunidade.

Estou aqui representando, deputado Manoel Mota, a bancada do PT porque faço parte da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano, que trata desse assunto da questão da habitação.

Estava conversando com o Guimarães e o João, lá de Criciúma, pois estamos com uma boa representatividade do nosso município e do vale do Araranguá.

Quero saudar ainda o nosso vereador Chico e em seu nome saudar toda a comunidade do sul do estado.

Moradia é um direito que ainda não está consolidado. Sobre saúde, educação e trabalho, não há dúvidas de que são direitos. Mas o direito à moradia ainda não está muito consolidado, muito embora o governo do presidente Lula tenha investido muitos recursos em habitação, tendo, recentemente, lançado um pacote visando à construção de mais de um milhão de moradias no próximo período. Se perseguirmos esses objetivos, não precisaremos nem de 30 anos para acabar com o déficit habitacional brasileiro.

Essa emenda é extremamente importante. Por isso é que nós, da bancada do PT, estamos engajados nessa luta, que nasceu dos movimentos populares e agora ganha o apoio das instituições, dos demais órgãos do país, porque é preciso que se torne política pública, é preciso que os investimentos públicos em habitação tenham continuidade no Brasil, que não sejam apenas fruto da vontade de um governo, permitindo que o seguinte deixe de lado, como já ocorreu. É preciso que haja continuidade.

Mais do que produzir habitação, é preciso produzir habitação digna, com qualidade, com saneamento. As nossas cidades precisam ter áreas de lazer para que nossos filhos tenham lugares para praticar atividades saudáveis.

Fui prefeito de Criciúma e sei o que é a emoção de propiciar habitação, principalmente para aqueles que mais precisam, ou seja, os mais necessitados. Em uma das casas que conseguimos entregar, um jovem me abraçou com muita emoção e disse: "O senhor não está só permitindo que a gente tenha uma casa. O senhor devolveu a minha família. O meu pai, que era um ausente em casa, passou a participar, estar junto; isso trouxe auto-estima, orgulho para a família e ela se recompôs". Aquilo me tocou, pois pude sentir a importância da moradia em nossa vida.

É por esse direito fundamental que estamos aqui lutando, a fim de que seja uma política pública de fato, permanente, até que se consiga erradicar essa coisa ruim que temos no Brasil, que é o déficit habitacional.

Então, precisamos que isso esteja regulamentado para que o governo federal faça a sua parte, que o estado faça a sua obrigação, como também o município. Que essa política seja o nosso *all star* na Constituição, para que tenhamos uma política pública do sistema nacional de habitação, assim como existe o SUS. O sistema nacional da habitação vai ser o SUS da habitação. Acho que é uma grande conquista que a sociedade está propiciando para o futuro do nosso país.

Então, parabéns a todos que neste país estão lutando para que tenhamos moradia digna. Parabéns à organização do evento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA

- Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. deputado Manoel Mota, prometo que serei extremamente rápido. Porém, antes das minhas colocações, quero saudar as seguintes personalidades:

Senhora Maria Darci Mota Beck, presidente da Cohab, neste ato representando o governador Luiz Henrique da Silveira;

Senhor Átila Rocha Santos, secretário municipal, representando o prefeito de Florianópolis, Dário Berger;

Senhor Hélio Bairros, presidente do Sinduscom;

Senhor José Antônio Latrônico Filho, segundo-vice-presidente do Crea/SC;

Senhor Eduardo Antônio Temponi Lebre, representando a comissão de Direitos Humanos da OAB;

Senhor Hilário Gottselig, presidente da Fetaesc;

Senhor Modesto Azevedo, em nome de quem saúdo cada um dos senhores e das senhoras que vêm dar importância a esse evento em prol da moradia digna.

Na verdade, a constituição de um indivíduo, a formação de uma pessoa é a construção de um grande monumento social, que tem a colaboração da família, tem a colaboração da escola, da igreja, da sociedade como um todo. E é justamente na família que nós buscamos a primeira e a mais importante identidade, a identidade social, a identidade pessoal. Essa identidade está primeiramente vinculada ao nome, à filiação e ao endereço. Todos nós, quando nos identificamos, se já não somos muito conhecidos, é pela segunda ou terceira parte do nome que mostramos quem somos. Assim, a identidade está vinculada a um endereço nessa terra que é de todos e de graça para todos. A campanha da fraternidade deste ano, deputado Manoel Mota, diz que a paz é o resultado da justiça, e essa justiça não é apenas a justiça jurídica. Podemos dizer que no Brasil somos muito injustos, por exemplo, no que concerne à justiça previdenciária, à previdência, às aposentadorias.

Enfim, é preciso justiça social, é preciso dar condições mínimas de moradia, é preciso respeitar os direitos constitucionais, como disse o deputado Décio Góes, à saúde, à educação, à alimentação e à uma moradia digna.

Por isso, quero parabenizar v. exa. por transformar este momento inicial do lançamento da Campanha Nacional pela Moradia Digna numa coincidência com o lançamento, na quarta-feira de cinzas, da Campanha da Fraternidade: Paz, o resultado da justiça! Certamente esse deve ser um tema que cada cidadão deve defender até que cada um tenha a sua moradia, para daí, sim, exigirmos responsabilidade civil, responsabilidade penal de todos.

Como pensar em responsabilizar civil e penalmente alguém aos 16 anos, se ele não tem uma casa? E não tendo uma casa, como será a sua família? Como responsabilizar o adolescente pelo tráfico de drogas, se ele não consegue dizer onde mora, se ele não consegue identificar-se dentro da sua sociedade?

Por isso, nosso parabéns por transformar o lançamento dessa campanha num momento solene, campanha que tem que ser encampada por toda a sociedade em busca da justiça, em busca da paz.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA

- Eu quero anunciar a presença das seguintes personalidades:

Saudi Correa da Rosa, vereador do município de Meleiro;

Bruno Gabriel e João Otávio da Silva (Ferrão), vereadores do município de Ermo.

Muito obrigado pela presença dos senhores!

Se houver mais algum vereador, em nome desses que citei gostaria de agradecer a presença de todos.

Eu convido o sr. Clóvis Luiz Fava, presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, para fazer uso da palavra.

O SR. CLÓVIS LUIZ FAVA - Cumprimentando o deputado Manoel Mota, cumprimento o restante da mesa; cumprimento ainda os srs. deputados, as senhoras e os senhores presentes.

O Conselho Estadual de Entorpecentes tem como meta principal a prevenção ao uso de drogas. Então, como é que poderemos fazer a prevenção ao uso e abuso de álcool e de outras drogas numa comunidade em que as pessoas não têm moradia digna? É muito difícil! Assim, como falou o deputado Serafim Venzon, é difícil para a pessoa não ter identidade, não saber onde mora, aonde vai, de onde vem. É muito difícil!

Assim, essa campanha é muito importante porque visa dar dignidade à pessoa, dar qualidade de vida, dar auto-estima, através de uma moradia digna. Como é que podemos falar de auto-estima, de qualidade de vida para as pessoas que vivem em locais sem as mínimas condições de serem habitados? Locais que não possuem segurança, não possuem teto, não possuem nada.

O Conselho Estadual de Entorpecentes de Santa Catarina apóia essa iniciativa e não se furtará em colaborar com ações práticas e efetivas que tragam o êxito esperado.

Muito obrigado a todos, parabéns pela iniciativa e o Conen está às ordens!

(Palmas)

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Muito obrigado!

A seguir, fará uso da palavra o sr. Hilário Gottselig, presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina.

O SR. HILÁRIO GOTTSSELIG - Em nome da Fetaesc, eu gostaria de cumprimentar o deputado Manoel Mota, que preside a nossa sessão, e os deputados Serafim Venzon e Décio Góes. Frequentemente, temos feito algumas discussões importantes para o setor rural com todos os srs. deputados.

Quero cumprimentar a nossa presidente da Cohab, Maria Darci Mota Beck, com quem temos parceria na construção de muitas casas pelo interior do nosso estado para os nossos agricultores, sejam os agricultores familiares, sejam os assalariados rurais do estado.

Cumprimento os demais membros da mesa e, principalmente, todos os participantes, homens e mulheres dos diversos movimentos sociais e vereadores que se fazem presentes.

Nós, no setor rural de Santa Catarina - e poderíamos estender para o Brasil -, em toda a nossa história, sempre ficávamos de lado quando se tratava de habitação, de moradia.

Nós temos colocado na nossa pauta, nos últimos anos, junto às demais pautas, como a do crédito, como a da assistência técnica, como a da terra, da previdência, da saúde, as condições de moradia para o nosso povo também, para os nossos trabalhadores de Santa Catarina e, por extensão, do Brasil.

Nós - e inclusive já foi dito pelo próprio deputado Décio Góes, anteriormente -, três anos atrás, conseguimos em nível nacional um programa que se chama Habitação Rural. Com isso conseguimos consolidar no estado de Santa Catarina mais de cinco mil casos tanto de reforma quanto de construções novas. Junto com isso também trabalhamos com o estado de Santa Catarina através da Cohab, para que junto com o programa social pudéssemos estar também ampliando esse programa em Santa Catarina. Assim, tivemos já um grande avanço, lançando em três anos quase 6.000 casas no estado de Santa Catarina. A questão mais importante que tratamos dentro da federação foi buscar uma condição digna de moradia para o homem do campo.

Não imaginam o que significa quando o agricultor familiar, o nosso assalariado rural consegue reformar a sua casa e consegue ter uma condição adequada para que possa morar, mesmo que seja simples. Não imaginam a alegria, a satisfação e a emoção que sentimos quando inauguramos essas casas ou na assinatura dos contratos. Para mim, talvez a questão mais importante da federação é quando chegamos esses contratos para serem assinados a fim de que possam ter suas casas.

Entendemos, para que possamos atender os 180 mil agricultores, familiares e assalariados que são filiados à nossa associação, que é importante ampliar esse programa para avançarmos no sentido de que esses trabalhadores também possam ter acesso a melhores condições de vida no campo, porque só assim nós faremos com que essas pessoas continuem no meio rural.

Nós, em Santa Catarina, somos campeões do êxodo, da emigração do homem do campo para a cidade. E nós só conseguiremos fazer com que essas pessoas e seus filhos fiquem no campo, desde que tenham melhores condições de vida, uma casa para receber os amigos. Inclusive temos recebido declarações dessa natureza: "Agora eu posso convidar o meu namorado para vir na minha casa". Isso significa muito na vida dessas pessoas, no meio rural.

E nós colocamos toda a estrutura da federação, dos nossos 196 sindicatos filiados para que possamos garantir esse um milhão de assinaturas, a fim de aprovar essa emenda constitucional, porque se não fizermos isso, com certeza, não garantiremos recursos para dar continuidade a esse programa da

habitação rural em nosso país e por consequência em Santa Catarina. Os movimentos sociais têm que, a todo custo - e a nossa federação estará à disposição junto com os nossos sindicatos -, garantir isso de verdade.

Nós já trabalhamos uma emenda dessa natureza, que foi da previdência social. Com isso garantimos a permanência dos homens e das mulheres do campo, através da previdência social. Vivemos agora mais um momento importante para que possamos trabalhar e garantir isso a toda sociedade brasileira. Isso vale para o setor rural e urbano. Para o nosso setor é importante que possamos estar vivendo isso.

Quero parabenizar o deputado Manoel Mota e a Assembléia Legislativa por essa iniciativa junto com a Cohab, por mobilizar Santa Catarina em prol dessa emenda constitucional para que possamos com isso garantir dignidade de moradia a todos os homens e mulheres do nosso país.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Na sequência, fará uso da palavra o sr. Hélio Bairros, presidente da Câmara de Desenvolvimento da Indústria da Construção, da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina e do Sindicato da Construção Civil da Grande Florianópolis.

O SR. HÉLIO BAIRROS - Quero inicialmente saudar o deputado Manoel Mota pela iniciativa desta sessão solene, e em seu nome cumprimentar todos os integrantes da mesa.

Quero fazer uma saudação especial a nossa presidente da Cohab, professora Maria Darci Mota Beck, porque se alguma coisa está acontecendo neste projeto aqui, em Santa Catarina, é graças à iniciativa da Cohab, que tem na medida do possível desenvolvido um trabalho no sentido de construir moradias para as pessoas que não têm casa neste estado.

Quero também saudar os deputados Décio Góes, Serafim Venzon, e todas as senhoras e os senhores que comparecem neste ato importante, no sentido de corrigir uma das maiores chagas sociais do país, que é a falta de moradia.

Para nós, da construção civil, que construímos casas, é um motivo muito grande e muito especial de orgulho estar aqui com v.exas. tentando na medida dos nossos limites corrigir essa distorção.

A história das cidades remonta há mais de 11 mil anos. No Brasil não houve até agora uma política pública específica para a construção civil, para o setor habitacional. O BNH existiu por não mais de 15 anos e fez, com os recursos que tinha, o que teve condições de fazer.

Após a extinção do BNH não houve mais nenhuma política, mesmo que específica, para o setor da construção de moradia, principalmente, para a classe econômica. Agora, nós estamos tendo a possibilidade de recuperar esse déficit habitacional, corrigir em mais de oito

milhões o número de moradias, que serão acrescidas a mais de 27 milhões de moradias nos próximos 20 anos, porque novas famílias vão chegar demandando por moradia. Nós temos que construir um milhão de moradias por ano no país, e não chegamos a 800 mil.

E graças às ações pontuais - temos que reconhecer aqui, deputado Manoel Mota - do governo federal, com crédito para as famílias que ganham até dez salários mínimos, nós conseguimos construir casas para essas pessoas, porque antes não havia recursos.

As empresas tinham que financiar as moradias no país por conta e risco, então a classe baixa ficou sem moradia, e veio aumentando essa demanda, como eu disse, de mais de oito milhões, fora as próximas que irão entrar no mercado.

Por isso, a união de todos neste momento é importante, porque vamos dar não só dignidade, cidadania, mas também a possibilidade de corrigir as distorções urbanísticas nas cidades. Em Florianópolis, por exemplo, nós temos mais de 63 favelas, secretário Átila Rocha dos Santos, que precisam de uma intervenção pública. Não há outra maneira de fazê-lo sem subsídio.

Eu quero registrar também, deputado Manoel Mota, que a Cbic, parceira neste projeto, incumbiu-me de falar em seu nome, pois também está defendendo esse projeto, em parceria com a Cohab, a Assembléia Legislativa e o governo do estado, no sentido de desenvolver a captação desse um milhão de assinaturas para que possamos fazer essa alteração constitucional e que se tenha os recursos necessários para realmente corrigir essa falha histórica da falta de moradia e de habitação para as pessoas.

Então, quero cumprimentar a Assembléia Legislativa, o deputado Manoel Mota, que teve essa iniciativa; a presidente da Cohab, sra. Maria Darcy Mota Beck; os senhores que se deslocaram de suas regiões e de suas cidades para estarem aqui conosco neste momento importante e histórico, em que vamos conseguir a nossa cota de assinaturas.

A Câmara de Desenvolvimento da Indústria da Construção da Fiesc, todos os Sinduscon do estado vão ser acionados nessa caminhada de coleta das assinaturas.

Agradeço aos vereadores, aos secretários, enfim, a todas as senhoras e os senhores que estão aqui.

Um grande abraço e parabéns a todos por este evento.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradecemos a presença do sr. prefeito Vilberto Müller Schovinder, do município de Braço do Trombudo. É muito importante a presença também dos prefeitos para que possamos mobilizar não apenas 50 mil assinaturas, mas no mínimo quatro vezes o que nos estão pedindo para fazer.

Com a palavra o sr. Modesto Azevedo, coordenador da União Nacional por Moradia Popular, representando todos os segmentos dos movimentos populares.

O SR. MODESTO AZEVEDO - Quero cumprimentar o sr. deputado Manoel Mota, que preside esta sessão, e estender os meus cumprimentos às demais pessoas que estão presentes nesta mesa, parceiros nesta campanha.

Quero cumprimentar as autoridades, as representações sindicais, os movimentos populares, os movimentos de moradia, a diretoria da União Estadual por Moradia Popular, a diretoria da Ufeco, a diretoria da associação da comunidade de Panaia em Florianópolis, dos representantes da Vila do Arvoredo, da Ponta do Leal e de tantas outras lideranças que vieram prestigiar e acompanhar essa luta por uma moradia digna.

Nestes minutos que me restam, quero resgatar um pouco do histórico, do porquê de hoje estarmos fazendo essa campanha.

Lá em 1990, os movimentos populares apresentaram um projeto de lei de iniciativa popular, que resultou hoje no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Aliás, foi o primeiro projeto de lei de iniciativa popular após a aprovação da Constituição. E isso não foi fácil porque era preciso coletar as assinaturas com o número do título de eleitor, porque só lembramos dele de quatro em quatro anos. Então, não foi fácil. E somente nós, dos movimentos populares, fomos para as ruas para garantir hoje o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Como conselheiro do Conselho Nacional das Cidades, começamos a conversar com os empresários, dizendo: "Temos que avançar para constituir um sistema nacional de habitação de interesse social. Vamos mais além". E foi com esse pensamento de irmos mais além que construímos essas parcerias chamando o Sinduscon, chamando todos os segmentos da sociedade civil para que pudéssemos, hoje, construir um sistema nacional de habitação de interesse social.

E hoje temos muito mais condições, colegas, companheiros, enfim, todos os que estão presentes neste plenário, por quê? Porque hoje vamos coletar assinaturas para aprovar uma emenda constitucional que, aliás, foi assinada por todos os partidos políticos que compõem o Congresso Nacional. Foi muito fácil conseguir as 171 assinaturas que precisamos para que a emenda pudesse, hoje, estar tramitando no Congresso. Ai, para nós, de Santa Catarina, foi colocado o desafio de passar da meta de 50 mil. E para isso vamos ter que arregaçar as mangas. Os movimentos populares, as prefeituras, o governo, enfim, todos nós precisamos estar engajados nessa campanha a fim de podermos, de fato, garantir a construção de um sistema nacional de habitação de interesse social.

Quero dizer que não vai ser fácil, se já foram difíceis as negociações no Congresso Nacional, e está aqui um precursor da campanha naquela época, o Leonardo Pessina, um dos companheiros que abraçaram a causa na época de garantir um fundo nacional. Vamos ter que arregaçar as mangas para garantir todo um processo de negociação no Congresso Nacional, bem como fazer o acompanhamento.

Não vai ser fácil! Vamos ter que fazer toda essa movimentação nacional para de fato garantir que seja um SUS da habitação de interesse social neste país. Quero dizer que Santa Catarina já avançou, já aprovou aqui nesta Assembléia o Conselho Estadual das Cidades, mas precisamos que ele seja regulamentado. Já aprovamos também o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, e agora tenho uma reclamação: vamos ter que conversar com os deputados para que possamos colocar uma emenda no sentido de que os movimentos sociais também possam acessar os recursos, assim como no Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, que nos garante isso.

Nós tivemos toda uma conversa, infelizmente foi vetado, e agora temos que apresentar um projeto de lei para que a cooperativas e as associações também possam ter acesso ao Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social. Com isso, quero dizer que está lançado o desafio. Estamos avançando e vamos, sim, construir o Sistema de Habitação de Interesse Social. Viva o Movimento de Moradia!

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço ao sr. Modesto Azevedo pela sua contribuição, com muita garra.

Convido para fazer uso da palavra a sra. Maria Darcy Mota Beck, diretora-presidente da Cohab, que, do déficit de 200 mil casas populares, deve concluir o seu trabalho na Cohab com mais de 20 mil casas. Então, queremos parabenizá-la em público o trabalho extraordinário que v.exa. e a sua equipe vêm fazendo na Cohab.

A SRA. MARIA DARCI MOTA BECK - Boa-noite a todos! Gostaria de iniciar cumprimentando o deputado Manoel Mota, inclusive pela sua iniciativa de propor esta sessão especial em prol da moradia digna, para o lançamento da campanha Moradia Digna em Santa Catarina.

Quero cumprimentar também os nossos deputados Serafim Venzon e Décio Góes, agradecendo pela presença; as nossas autoridades que compõem a mesa aqui já mencionadas, com destaque ao Hélio, o nosso grande companheiro nas lutas pelas moradias, pela sua participação nos últimos acontecimentos do programas habitacionais em Santa Catarina.

Gostaria de cumprimentar o Átila, grande companheiro e parceiro, aqui também representando o nosso prefeito municipal de Florianópolis. Agradeço a

sua presença. Saúdo o sr. Hilário, nosso presidente da Fetaesc; o Azevedo, representante aqui da União Nacional por Moradia. Cumprimento, em seus nomes, também os demais participantes da mesa.

Quero cumprimentar todos os secretários da Habitação aqui presentes, na pessoa da nossa secretária de Habitação de Rio do Sul, Jane Ghizzo. Cumprimento os vereadores, os técnicos sociais, os engenheiros, as nossas diretoras de Cohab Vera Schneider e a Leocádia Bonanomi, que são o meu braço direito na Cohab. Quero estender esses cumprimentos a todos os nossos gerentes e aos empregados da Cohab que se fazem presentes. Alguns estão até mostrando algum processo, pois devem querer coletar mais assinaturas no final dessa sessão. Quero agradecer a todos vocês que se deslocaram de tão longe para vir abraçar essa causa.

Hoje é uma noite especial e por isso quero começar propondo a criação do comitê estadual da Campanha pela Moradia Digna. E vamos aqui mencionar alguns participantes, algumas instituições que já se comprometeram com a Assembléia e com a Cohab de Santa Catarina, que tomou a iniciativa de lançar a campanha no sentido de coordenarmos essa campanha no nosso estado. Mas precisamos da participação de todos para serem os nossos colaboradores e o colaborador da Assembléia na coordenação desse processo. E outra sessão como esta deve-se repetir - e já solicitamos ao deputado Manoel Mota - lá no oeste de Santa Catarina. Eu tenho certeza de que deverá tomar todas as providências para que isso aconteça, para que todo o pessoal do meio-oeste, do oeste também se incorpore a essa campanha.

As instituições que já se comprometeram, neste momento, são as seguintes: Assembléia Legislativa, que tomou a providência de promover este primeiro evento; a Cohab de Santa Catarina; a Fiesc, através da Câmara da Indústria de Construção; o Sinduscon; a União Nacional por Moradia; a Fecomac; o Crea; a OAB aqui representada; o Cras, que também está representado pela assistente social Célia; a Fetaesc; a Faesc e a Fetraf-Sul.

Então, esses são os primeiros que se colocaram à disposição para essa coordenação. Mas essa coordenação é aberta e nós vamos registrar todas as instituições e todas as pessoas que queiram colaborar com essa importante campanha.

Gostaria de pedir para quem concordar com essa composição inicial que, por favor, levante a mão.

Aprovada.

Uma salva de palmas para essas instituições.

(Palmas)

Senhoras e senhores, trago aqui o abraço do nosso governador Luiz Henrique da Silveira, que já aderiu à Campanha Nacional pela Moradia Digna, quando nos autorizou a dar os primeiros passos para lançar o evento no estado. E nós sabemos que esta campanha é importante, pois é mais um passo na busca da solução da moradia, principalmente para os menos favorecidos.

Já fizemos grandes avanços. Começou com o BNH. Com sua extinção ficamos órfãos, mas surgiram os movimentos sociais. E com esses movimentos o grande ganho foi, depois de 12 anos de campanha, conseguirmos a aprovação da lei que criou o Estatuto da Cidade. Nós já temos uma política nacional, temos o Fundo Nacional da Habitação, temos uma política estadual e um Fundo Estadual de Habitação. Lamentavelmente, todos esses fundos estão sem fundo! Essa é a realidade da política habitacional brasileira.

Nós precisamos fazer um grande esforço para obter um resultado, mesmo que seja mínimo. O déficit habitacional brasileiro está acumulado há vários anos, são oito milhões de moradias. O déficit habitacional do estado também é expressivo, já que Santa Catarina tem um menor número de população. Mas nós já temos 200 mil moradias, é o nosso déficit. E com todo o nosso esforço, nos seis anos de governo conseguimos executar 12 mil moradias, incluindo 4.500 moradias rurais.

Nós iniciamos o programa de habitação rural em Santa Catarina, e nunca outro governo tinha feito habitação rural. Procuramos as federações, os sindicatos, as prefeituras, os vereadores, as associações de moradores, enfim, todos os interessados, para resolver o problema da moradia rural.

Na Constituição, o direito da moradia, como os direitos sociais, é um direito garantido, um direito universal de toda a população, garantido pela aprovação, promulgada, dos Direitos Humanos, em 1948. Em 1988, nós tivemos o direito à moradia garantido pela Constituição brasileira. No ano seguinte, tivemos a Constituição catarinense aprovada, que também garante a moradia a todos os catarinenses, e ali estava garantida a habitação rural.

Em 20 anos pouca coisa foi feita. Só nos últimos anos nós iniciamos essa parceria e disponibilizamos projetos de graça para toda população catarinense. Firmamos convênios com todos os parceiros, fizemos projetos, demos assistência técnica, cooperação técnica, quando pudemos, e também participamos com recursos para resolver o problema da moradia. Mas tudo isso é muito pouco para a necessidade habitacional, principalmente das famílias de baixa renda.

Então, nós solicitamos a todos os senhores e às senhoras, aos nossos representantes dos movimentos populares, às associações de moradores, aos nossos vereadores, aos nossos prefeitos, aos nossos técnicos, aos nossos deputados, aos nossos presidentes de importantes organizações, que somemos nossos esforços para buscar juntos assinaturas todas. Nós precisamos de um milhão de assinaturas, e está sendo solicitado a Santa Catarina 50 mil. Vamos fazer um grande esforço e chegar a 200 mil assinaturas, que ainda é um número pequeno. E se pudermos vamos buscar mais, porque sabemos que alguns estados têm dificuldade para reunir essas assinaturas.

Quanto mais rápido nós tivermos um milhão de assinaturas, melhor, pois o Congresso Brasileiro vai apreciar a PEC n. 285, e nós teremos garantidos recursos orçamentários, assim como na Educação, que conseguiu garantia na Constituição de 25% dos recursos orçamentários, e como na Saúde, que conquistou seu objetivo e hoje chega a 5% dos recursos orçamentários.

O que nós queremos é muito pouco, são apenas 2%. E sabemos o quanto isso é importante, pois garantirá também 1% dos recursos orçamentários do estado para os municípios. Quando eu assumi a Cohab, pedi ao nosso governador Luiz Henrique que me desse 1% do Orçamento para que eu pudesse transformar Santa Catarina em um canteiro de obras. Infelizmente, ele não pôde me dar, porque seria inconstitucional. A Constituição prevê, mas não garante os recursos. E agora nós temos os fundos, também sem recursos. Temos que fazer um grande esforço para conseguir esses recursos para tocar os programas. Quando nós conseguimos do estado, nós não temos os recursos do governo federal. Quando nós conseguimos do governo federal, nós temos dificuldade da contrapartida do estado.

E agora nós estamos sofrendo com isso porque as populações pobres procuram áreas ribeirinhas para morar, áreas de risco, encostas de morros. E nós temos aí essa situação de Santa Catarina, que a cada ano se agrava, pois todo verão nós temos que correr para socorrer a população desabrigada por algum desastre da natureza.

Neste momento, nós estamos num esforço com todos os prefeitos, no vale do Itajaí, para construir seis mil moradias. Já iniciamos, mas há uma dificuldade de conseguirmos viabilizar os terrenos, porque aqueles que sobram são poucos, a maioria ainda é área de risco, e há terrenos que precisarão de mais três meses para ser liberados.

A luta é grande e precisamos da participação de todos. Mas, com certeza, garantindo esses recursos, teremos condições de dar respostas dignas à população de melhorar a sua saúde através de uma moradia com condições de higiene, com condições sanitárias, porque a moradia representa tudo para a família, é a sua proteção, a sua referência, a sua dignidade e o seu aconchego. Sem emprego, sempre digo, algumas pessoas podem viver por algum tempo; sem comida, também, pois visitam os parentes; mas sem casa, principalmente aqui em Santa Catarina, as famílias morrem de frio.

Nós precisamos, sim, de muitos recursos para dar dignidade à sociedade catarinense, para resolvermos esse problema grave da moradia, para inserir essas famílias num processo de dignidade, de cidadania, de confiança, de orgulho, de resgate dessa dívida que os governos e a sociedade têm, principalmente com as famílias menos assistidas.

Portanto, convido todos para, juntos, irmos em busca dessas assinaturas, porque elas vão representar não somente a realização de um sonho, mas também o aquecimento da economia e, principalmente, a geração de muitos empregos.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço à sra. Maria Darci Mota Beck por sua presença e pelo trabalho extraordinário que vem fazendo frente à Cohab.

Gostaria de agradecer também a presença de Neiva Maria Meira, líder comunitária do norte da Ilha, e da Vanusa, vice-presidente da Vila Arvoredo. Muito obrigado por sua presença.

Queremos ainda agradecer ao sr. Luiz Gonzaga da Silva Roche, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araranguá, e, em seu nome, quero agradecer a todos os presidentes de sindicatos que aqui se encontram.

Agradeço ainda a presença do Joel Casagrande de Lima, presidente da Associação de Moradores do Bairro Divinéia, e, em seu nome, agradeço a todas as associações de moradores aqui presentes.

Nesse instante, como autor desse requerimento aprovado por unanimidade neste Parlamento com o voto de todos os parlamentares, vou fazer uso da palavra.

A Campanha Nacional pela Moradia Digna - Uma Prioridade Social, tem o objetivo de assegurar, por meio da Proposta de Emenda Constitucional n. 0285/2008, destinação por um período de 30 anos ou até a eliminação do déficit habitacional de, no mínimo, 2% do recurso do Orçamento da União, 1% do estado e 1% do município. Subsidiar acesso à habitação para as famílias de baixa renda.

A campanha representa um esforço conjunto de diversos movimentos sociais populares em favor de moradia, além do Sindicato dos Trabalhadores, representantes do Poder Público, empresários, parlamentares, através da Frente Parlamentar e do Fórum Nacional pela Moradia Popular, que propõe uma grande reforma urbana, estando aberto a todos os atores sociais que queiram contribuir para a causa da habitação digna para todos os brasileiros.

O objetivo da presente sessão é oficializar o comprometimento do estado de Santa Catarina nessa causa, proporcionando o debate na questão da política pública para a habitação com todos os interessados, e objetivar a sua adesão concretizada no abaixo-assinado que visa o reconhecimento mínimo de 50 mil assinaturas.

E quero fazer um apelo aqui para que possamos mandar no

mínimo 100 mil assinaturas para Brasília. Para isso precisamos enviar *fax* e *e-mails* para todas as entidades, sindicatos, movimentos sociais, deputados e senadores. A eleição é no ano que vem e precisamos dessa conquista para a população.

Queremos a instalação oficial de um comitê estadual de campanha, que deverá coordenar esse trabalho com a participação já assegurada da Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina - Cohab -, da Câmara de Desenvolvimento da Indústria da Construção, da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, da Federação dos Comerciantes de Materiais de Construção, da União Nacional Sul de Moradia Popular, num país com uma necessidade de moradia adequada para oito milhões de famílias e para mais de 200 mil em Santa Catarina.

É justo que busquemos mecanismos que garantam recursos permanentes para a habitação, assim como temos para a saúde e para a educação, uma vez que a moradia representa um direito social constitucional e, com certeza, vai proporcionar a melhoria da qualidade de vida às famílias e a sua efetiva inclusão social, gerando uma redução de gastos com programas de saúde e educação.

Clamamos pelo êxito da campanha neste estado, que já demonstrou claramente o compromisso de trabalho. E essa demonstração está aqui viva, com a presença de todos vocês.

Então, é preciso que agora tomemos, além das assinaturas, muitas medidas e façamos muitos movimentos para que possamos fazer com que, com as assinaturas colhidas no Congresso Nacional para poder apresentar, seja votado no Congresso com 300, 400 votos, dando uma demonstração de amor ao povo brasileiro, que precisa dessa atenção e desse carinho. E eu acho que com 2% do governo federal, 1% do governo do estado e 1% dos municípios, nós vamos criar o maior fato na história deste país na questão social.

O presidente tem dado uma atenção muito grande abrindo crédito para investimentos em moradias, na Caixa Econômica Federal, mas é preciso ter uma garantia constitucional. Essa ação é para que tenhamos a garantia que está na Constituição, a determinação do repasse, para que possamos dizer que a nossa missão está cumprida. Assim, nós vamos poder ver as pessoas terem o número da sua casa, o seu endereço, porque quem paga aluguel não tem endereço, pois hoje está aqui e amanhã está ali.

Não é este o país que nós queremos; nós queremos um país digno. E eu tenho certeza de que o presidente e o governo do estado vão fazer de tudo para contribuir com

essa luta, porque têm compromisso com o social. E o Parlamento catarinense vai fazer de tudo para dar a sua contribuição para que nós tenhamos a garantia assegurada na Constituição.

Então, quero agradecer a todas as autoridades que compõem a mesa, as autoridades presentes, os nossos deputados, os nossos vereadores, o nosso prefeito, o nosso vice-prefeito, as entidades que representam as classes sociais, a associação de moradores, os sindicatos, a federação, os trabalhadores da agricultura. Enfim, quero agradecer a todos de uma forma muito carinhosa por estarem participando deste ato, e a muitos por terem-se deslocado de tão longe para vir aqui. Temos que buscar contribuir, sim, mostrar o compromisso com toda a sociedade. E nós queremos aqui, em nome do Parlamento, agradecer a cada um e a cada uma de uma forma muito carinhosa.

A Sra. Maria Darci Mota Beck - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

A Sra. Maria Darci Mota Beck - Eu solicitei este aparte porque queremos registrar outras entidades participantes do nosso movimento: a CUT, as centrais sindicais e a Fapesc, que está aqui representada.

Eu quero dizer, srs. deputados, que já foram distribuídos os formulários para o abaixo-assinado, que também estão disponíveis no *site* da Cohab. Então, podem baixar o *site*, assinar o formulário e mandá-lo para a Assembléia, aos cuidados do deputado Manoel Mota, ou mandar para a Cohab, já que vocês todos são parceiros dela, e daqui nós encaminharemos para Brasília.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu quero agradecer a essa brava guerreira Jane Ghizzo, e, em seu nome, agradecer a todos os secretários e secretárias da Habitação.

Gostaria de agradecer também, através da presidente da Auma, a esse timão que veio de ônibus de Araranguá com mais de 50 pessoas. Quero agradecer, de uma forma muito carinhosa, a todos vocês que vieram de tão longe. Temos pessoas de Capivara de Baixo, de Criciúma, de Rio do Sul, de Itajaí, de Florianópolis e de outros lugares.

Convidamos todos para, de pé, ouvirmos a execução do hino de Santa Catarina.

(Procede-se à interpretação do hino de Santa Catarina.)

A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com o seu comparecimento.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.



# A T O S   D A   M E S A

## A T O S   D A   P R E S I D Ê N C I A   D L

### A T O   D A   P R E S I D Ê N C I A   N º   0 0 1 - D L ,   d e   2 0 0 9

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições resolve DESIGNAR, de acordo com os arts. 25, parágrafo único, e 65, inciso III, letra "a", do Regimento Interno, para constituir as Comissões Permanentes, os seguintes Senhores Deputados:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Deputado Cesar Souza Júnior

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Marcos Vieira

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Pedro Uczai

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Herneus de Nadal

Deputado Romildo Titon

Deputado Sargento Amauri Soares

#### COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Deputado Darci de Matos

Deputado Marcos Vieira

Deputado José Natal Pereira

Deputado Décio Góes

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Manoel Mota

Deputado Renato Hinnig

Deputada Professora Odete de Jesus

#### COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Deputado Darci de Matos

Deputado Nilson Gonçalves

Deputado Pedro Uczai

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Adherbal Deba Cabral

Deputado Sargento Amauri Soares

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

Deputado Julio Garcia

Deputado Serafim Venzon

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Reno Caramori

Deputado Romildo Titon

Deputado Rogério Mendonça (Peninha)

Deputado Sargento Amauri Soares

#### COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Deputado José Natal Pereira

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Rogério Mendonça (Peninha)

Deputado Genésio Goulart

Deputado Cesar Souza Júnior

Deputada Professora Odete de Jesus

#### COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado José Natal Pereira

Deputado Décio Góes

Deputado Reno Caramori

Deputado Manoel Mota

Deputado Adherbal Deba Cabral

Deputado Narcizo Parisotto

#### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Deputado Cesar Souza Júnior

Deputado Serafim Venzon

Deputado Pedro Uczai

Deputado Lício Mauro da Silveira

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Genésio Goulart

Deputado Professor Grandó

#### COMISSÃO DE SAÚDE

Deputado Darci de Matos

Deputado Giancarlo Tomelin

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Antônio Aguiar

Deputado Genésio Goulart

Deputada Professora Odete de Jesus

#### COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Giancarlo Tomelin

Deputado Dirceu Dresch

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Manoel Mota

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Professor Grandó

#### COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Deputado Serafim Venzon

Deputado Pedro Uczai

Deputado Silvio Dreveck

Deputado Herneus de Nadal

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Renato Hinnig

Deputado Professor Grandó

#### COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Deputado Nilson Gonçalves

Deputada Ana Paula Lima

Deputado Lício Mauro da Silveira

Deputado Elizeu Mattos

Deputado Renato Hinnig

Deputado Edison Andrino

Deputado Narcizo Parisotto

#### COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Deputado Cesar Souza Júnior

Deputado Marcos Vieira

Deputado Décio Góes

Deputado Reno Caramori

Deputado Edison Andrino

Deputado Adherbal Deba Cabral

Deputado Professor Grandó

#### COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Deputado Giancarlo Tomelin

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Reno Caramori

Deputado Edison Andrino

Deputado Adherbal Deba Cabral

Deputado Darci de Matos

Deputado Professor Grandó

#### COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Deputado Julio Garcia

Deputado Nilson Gonçalves

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Lício Mauro da Silveira

Deputado Herneus de Nadal

Deputado Genésio Goulart

Deputada Professora Odete de Jesus

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de fevereiro de 2009

Deputado Jorginho Mello

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### A T O   D A   P R E S I D Ê N C I A   N º   0 0 2 - D L ,   d e   2 0 0 9

O PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições resolve DESIGNAR, de acordo com os arts. 25, parágrafo único, e 45 do Regimento Interno, para constituir a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, os seguintes Senhores Deputados:

#### COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Serafim Venzon

Deputado Pe. Pedro Baldissera

Deputado Kennedy Nunes

Deputado Joares Ponticelli

Deputado Antônio Aguiar

Deputado Manoel Mota

Deputado Romildo Titon

Deputada Professora Odete de Jesus

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de fevereiro de 2009

Deputado Jorginho Mello

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

# PUBLICAÇÕES DIVERSAS

## ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES

### ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, REFERENTE À 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2009, ÀS 16:30 HS.

Às dezesseis horas e cinquenta minutos do dia 18 de fevereiro do ano de dois mil e nove, sob a Presidência do Deputado Herneus de Nadal, amparado no § 1º do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Reunião de Instalação da Comissão de Constituição e Justiça, referente à 3ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. Foi registrada a presença e empossados os Senhores Deputados: Romildo Titon, Cesar Souza Júnior, Dirceu Dresch, Herneus de Nadal, Jean Kuhlmann, Joares Ponticelli, Marcos Vieira, Pedro Uczai e Sargento Amauri Soares. Dando cumprimento ao Regimento Interno, o Senhor Presidente abriu inscrição para o cargo de Presidente da Comissão. Inscrito o Senhor Deputado Romildo Titon, foi iniciado o processo de votação e colhido os votos, sendo eleito por unanimidade de votos. Após a eleição o Deputado Romildo Titon, eleito assumiu a presidência dos trabalhos, abrindo inscrição para o cargo de Vice Presidente, ficou decidido que será escolhido na próxima reunião desta Comissão. E agradeceu os Deputados pela recondução à Presidência. Antes de encerrar os trabalhos o senhor Presidente convocou os senhores Deputados nos termos regimentais para Reunião Ordinária na próxima terça-feira, dia 03 de março de 2009, às 9:00 hs. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião, da qual, eu, Robério de Souza, Chefe de Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembléia Legislativa. Sala das Comissões, em 18 de fevereiro de 2009

Deputado Romildo Titon  
Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*

### ATA DE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezoito de fevereiro do ano cristão de dois mil e nove, reuniram-se no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina os Senhores Deputados: Padre Pedro Baldissera, Edison Andrino, Adherbal Deba Cabral, Reno Caramori, Giancarlo Tomelin, Professor Grando e Darci de Matos, para instalação e eleição do Presidente da Comissão em epígrafe. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Reno Caramori, o qual, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos membros candidatos a Presidente, que fizessem suas inscrições visando concorrer aos cargos. Foi apresentada uma indicação com o nome do Senhor Deputado Padre Pedro Baldissera para Presidente. Sendo eleito por unanimidade. A posse do mesmo deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, o Senhor Deputado Padre Pedro Baldissera, agradeceu aos Deputados Membros pela sua eleição, garantindo que os trabalhos da Comissão de Pesca e Aquicultura serão conduzidos no sentido da agilização do acompanhamento das demandas do setor, a fiscalização e o controle de atos do Poder Executivo e a apreciação de proposições relacionadas a esse importante tema. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convocou os Senhores Deputados para uma nova reunião, nos Termos Regimentais, para, na terça-feira, dia dez de março de dois mil e nove, às treze horas na Sala de Reunião das Comissões número um. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual, eu, Murilo Silva, Secretário Ad hoc, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo Senhor Presidente, seguido dos demais membros, e posteriormente será publicada no Diário desta Casa Legislativa.

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2009.

Deputado Padre Pedro Baldissera  
Presidente da Comissão  
Deputado Sergio Grando  
Deputado Adherbal Deba Cabral  
Deputado Edson Andrino  
Deputado Reno Caramori  
Deputado Darci de Matos  
Deputado Giancarlo Tomelin

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIO

OFÍCIO Nº 012/09  
ABIP

Associação Beneficente dos Inativos e Pensionistas de Joinville

AO

ILMO SENHOR DEPUTADO ESTADUAL JORGINHO MELLO  
M.D. PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Prezado Senhor,

A ABIP - Associação Beneficente dos Inativos e Pensionistas de Joinville.

Nossa Associação surgiu para agrupar, orientar, atender e dar assistência ao Aposentado, Pensionistas, Grupos de Terceira Idade e Idosos, população essa de cuja renda em sua maioria atinge somente um salário mínimo, que buscam seus direitos com Ações Previdenciárias, Médio/ambulatorial, Farmacêutico, Orientação ao Laser, Cursos de Culinária, Artesanato, Alfabetização, Palestras em diversas áreas (cultura, Nutrição, Educação, Esporte, Motivação etc) e Entretenimento, hoje atendemos mais de 3000 associados e 41 Grupos de Terceira Idade correspondendo a 2000 integrantes onde 1500 Idosos não são associados.

Vimos através deste, apresentar nosso Relatório Financeiro do exercício 2008 e Plano de Ação, Trabalho e Atividades 2009 para seu governo, conforme documento anexo e de acordo com a Lei de reconhecimento de Utilidade Pública.

Sem mais, agradecemos desde já e expressamos nosso apreço e desejo de sucesso.

Cordialmente,

**Horácio de Oliveira Ramos - Presidente**

ABIP - Associação Beneficente dos Inativos e Pensionistas de Joinville

Lido no Expediente

Sessão de 18/02/09

\*\*\* X X X \*\*\*

## PORTARIAS

### PORTARIA Nº 358, de 18/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR ALVARO AELLO JUNIOR**, matrícula nº 4195, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-60, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputado Jorginho Mello).

Paulo Ricardo Gwoszd  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 359, de 18/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **JOSE ALEXANDRE MACHADO**, matrícula nº 4675, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 19 de fevereiro de 2009 (Comissão de Educação, Cultura e Desporto).

Paulo Ricardo Gwoszd  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

### PORTARIA Nº 360, de 18/02/2009

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **MARCEL FABRIZIO SALOMON**, matrícula nº 4408, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 19 de fevereiro de 2009 (Comissão de Segurança Pública).

Paulo Ricardo Gwoszd  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 361, de 18/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

**NOMEAR JOSE ALEXANDRE MACHADO**, matrícula nº 4675, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 19 de fevereiro de 2009 (Comissão de Segurança Pública).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 362, de 18/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR**, a pedido, o servidor **MACIEL COVER**, matrícula nº 5552, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 18 de fevereiro de 2009 (Deputado Pedro Baldissera).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 363, de 18/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** o servidor **ERLEDIO PEDRO PERING**, matrícula nº 4654, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-62, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputada Ana Paula Lima).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 364, de 18/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento nos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, e em conformidade com as Resoluções nº 001 e 002/2006, e suas alterações,*

**NOMEAR ERLEDIO PEDRO PERING**, matrícula nº 4654, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 365, de 18/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR MARIA EMILIA DE SOUZA**, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-45, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputada Ana Paula Lima).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 366, de 18/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR CALINA WOJCIECHOWSKI**, matrícula nº 2456, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-52, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputada Ana Paula Lima).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 367, de 18/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **ELIZABETE LUIZA FERNANDES BAESSO**, matrícula nº 4840, do cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo a Família e a Mulher).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 368, de 18/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR ELIZABETE LUIZA FERNANDES BAESSO**, matrícula nº 4840 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputada Ada De Luca).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 369, de 18/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**EXONERAR** a servidora **MARIGLE SEVERO CAMARGO**, matrícula nº 5310, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputada Ada de Luca).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 370, de 18/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,*

**NOMEAR MARIGLE SEVERO CAMARGO**, matrícula nº 5310 para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1º de fevereiro de 2009 (Deputada Ada De Luca).

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 371, de 18/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

**LOTAR** o servidor **JOSE ILTON PEREIRA**, matrícula nº 0764, ocupante do cargo de Agente Legislativo, código PL/AGL-26, no Gabinete do Deputado Lício Mauro da Silveira.

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 372, de 18/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

**PRORROGAR LICENÇA** para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Ode dias	Início em	Proc. nº
1840	Jacson Ferreira	90	28/01/09	211/09
1386	Liana Valesca Furtado Tournier Bianchi	120	01/02/09	212/09
1388	Luiz Lopes Vieira Filho	60	02/02/09	210/09
1686	Edison Knapp	60	18/02/09	209/09

Paulo Ricardo Gwoszcz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 373, de 18/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Artemio Carniel	3103	3%	12%	01/01/09	0123/09
Rosita Nunes	1870	3%	30%	31/12/08	0162/09
Gerson da Rosa	1079	3%	36%	03/01/09	0165/09
Geraldo M. Bittencourt	1077	3%	36%	15/01/09	0166/09
Fatima regina Pereira	1042	3%	36%	03/01/09	0167/09
Jose Garibaldi de Oliveira	1041	3%	36%	03/01/09	1168/09

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 374, de 18/02/2009**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0079/09,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento do servidor **LAEDIO SILVA**, matrícula nº 3145, quota(s) de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 6% (seis por cento), totalizando 33% (trinta e três por cento), a contar de 05 de abril de 2006 e 3% (três por cento), totalizando 36% (trinta e seis por cento), a contar de 15 de março de 2008.

Paulo Ricardo Gwoszdz  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETOS DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 011/09**

Declara de utilidade pública o Instituto Catarinense de Conservação da Fauna e Flora - ICCO, com sede no município de Balneário Camboriú.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Catarinense de Conservação da Fauna e Flora - ICCO, com sede no município de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Julio Garcia

Lido no Expediente

Sessão de 01/02/09

**JUSTIFICATIVA**

Levo ao conhecimento dos Senhores Deputados o projeto de lei em anexo que visa declarar de utilidade pública o Instituto Catarinense de Conservação, com sede no município de Balneário Camboriú.

Trata-se de entidade sem fins lucrativos e que tem como finalidade trabalhar pela proteção, preservação, conservação, recuperação e manejo sustentável do meio ambiente, do patrimônio paisagístico e dos bens e valores culturais, visando à melhoria da qualidade de vida.

Para a consecução dessa finalidade, atuando isoladamente ou em conjunto com outras instituições de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiras, cabe ao ICCO incentivar, criar e ou manter unidades de conservação, contribuindo para a proteção do patrimônio natural e cultural e da diversidade biológica nos ecossistemas, promover cursos, seminários e palestras nas comunidades, escolas, empresas, órgãos públicos ou outras organizações da sociedade, para propiciar uma tomada de consciência em relação à preservação, conservação, recuperação e manejo adequado do meio biocultural.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá de incentivo ao trabalho da entidade, solicito aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

\*\*\* X X X \*\*\*

**PROJETO DE LEI Nº 012/09**

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Cultural Blumenau Karatê DO, com sede no município de Blumenau.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Cultural Blumenau Karatê DO, com sede no município de Blumenau.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Jean Kuhlmann

Lido no Expediente

Sessão de 19/02/09

**JUSTIFICATIVA**

A Associação Beneficente Cultural Blumenau Karatê DO tem sua sede no município de Blumenau e é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como finalidade congregar os atletas e colaboradores do esporte catarinense, orientar e organizar movimentos comunitários em prol da saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer, realizar estudos e pesquisas sobre a realidade econômica, cultural e social da comunidade, dentre outras ações de interesse público.

Para continuar implementando as ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a proposta presente.

\*\*\* X X X \*\*\*

**RESOLUÇÃO****RESOLUÇÃO N. 002, DE 2009**

Faço saber que a Assembléia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Jorginho Mello, Presidente, nos termos do art. 61, inciso XXII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Altera os Anexos III-A e IX-C da Resolução nº 002, de 2006.

Art. 1º Os Anexos III-A e IX-C da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, passam a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO III - A

GRUPO DE ATIVIDADES DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA			
CHEFIAS	CÓDIGO	NÍVEL	QUANTIDADE
.....	PL/FC	.....	.....
.....	.....	.....	.....
<b>Chefia da Secretaria de Comissão Permanente</b>		<b>3</b>	<b>15</b>
.....	.....	.....	.....

" (NR)

**ANEXO IX - C**

TABELA DE QUANTITATIVO DE CARGOS GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR ASSESSOR DE COMISSÃO PERMANENTE				
GRUPO DE ATIVIDADES DE ACESSORAMENTO PARLAMENTAR	CÓDIGO	NÍVEL	NÚMERO DE COMISSÕES	NÚMERO DE CARGO POR COMISSÃO
ASSESSOR DE COMISSÃO PERMANENTE	PL/GAC	59	<b>15</b>	<b>1</b>

" (NR)

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento da Assembléia Legislativa

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de fevereiro de 2009

Deputado Jorginho Mello

Presidente

\*\*\* X X X \*\*\*